

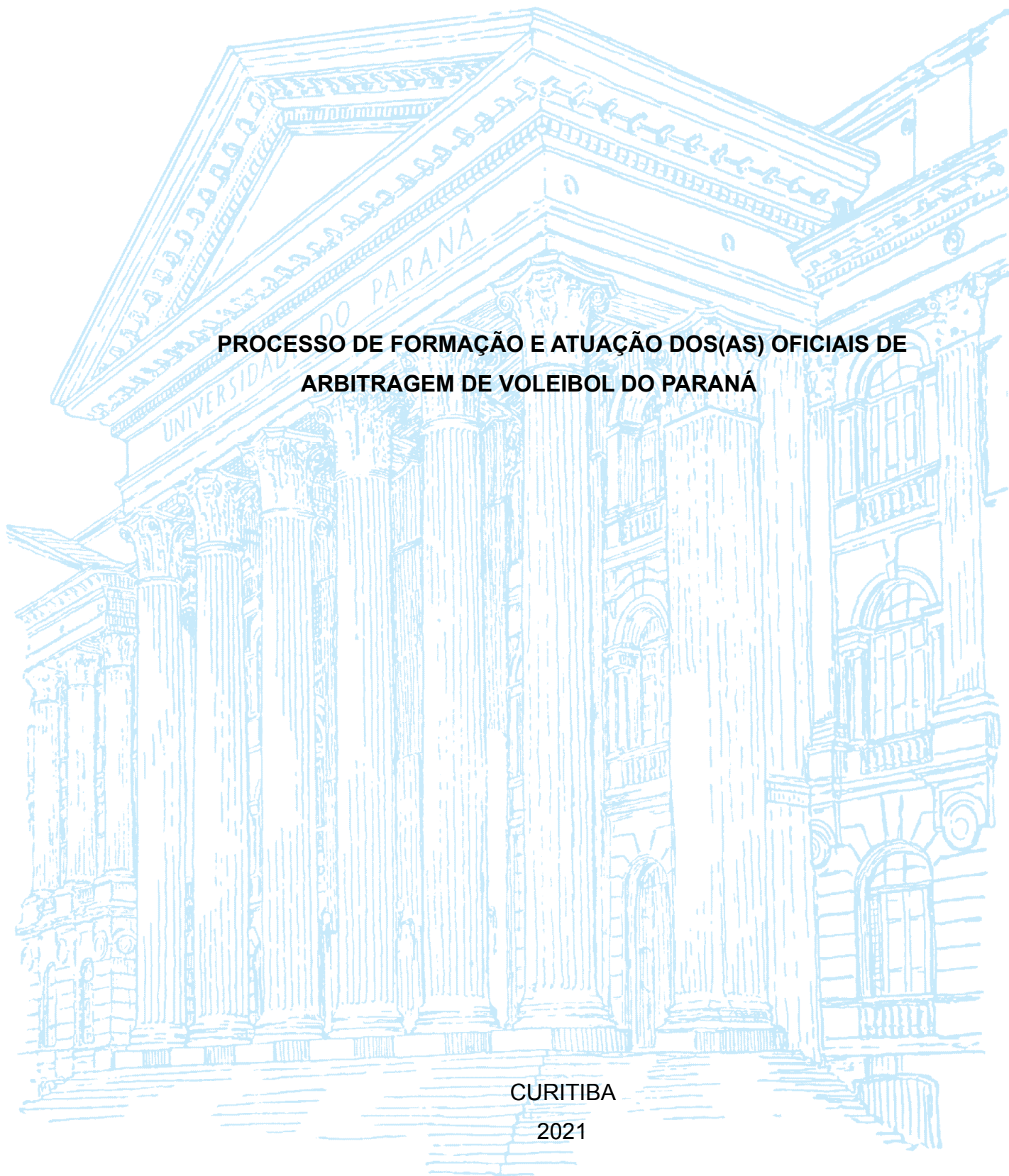
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDSON WRUCA JUNIOR

**PROCESSO DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS(AS) OFICIAIS DE
ARBITRAGEM DE VOLEIBOL DO PARANÁ**

CURITIBA

2021



EDSON WRUCA JUNIOR

**PROCESSO DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS(AS) OFICIAIS DE
ARBITRAGEM DE VOLEIBOL DO PARANÁ**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Educação Física.

Orientadora: Profa. Dra. Lucélia Justino Borges

CURITIBA

2021

TERMO DE APROVAÇÃO

EDSON WRUCA JUNIOR

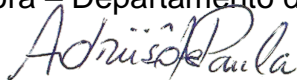
PROCESSO DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS(AS) OFICIAIS DE ARBITRAGEM DE VOLEIBOL DO PARANÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de bacharelado em Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Educação Física.



Profa. Dra. Lucélia Justino Borges

Orientadora – Departamento de Educação Física, UFPR



Profa. Dra. Adriana Inês de Paula

Departamento de Educação Física, UFPR



Profa. Dra. Tatiana Sviesk Moreira

Idealizadora e professora do projeto Side-out/CWB

Preparadora física da equipe IPPBrasil de voleibol sentado

Curitiba, 26 de março de 2021.

Dedico este trabalho aos meus colegas oficiais de arbitragem de
voleibol do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço e dedico este trabalho de conclusão de curso:

A todos que contribuíram de alguma forma no meu processo formativo em todas as fases da minha vida. A cada professor, colega, familiar que dispôs do seu tempo para compartilhar seus ensinamentos que me balizaram até o âmbito acadêmico.

Aos meus colegas de sala por terem me ajudado de diversas formas em vários momentos que não pude estar presente.

Aos meus companheiros(as) oficiais de arbitragem de voleibol de todo o Brasil pelas conversas, dicas e engajamento com o presente trabalho.

A todos os empenhados professores de Educação Física que tive durante minha vida. Em especial aos meus ex-técnicos e amigos, Ronei e Rosana por me oportunizar e apresentar o mundo esportivo com tanta dedicação e amor. E a Nádia por me acolher em sua casa e libertar-me dos meus preconceitos.

Ao meu namorado Pedro e toda a sua família pelo amor, carinho e motivação diária na reta final deste trabalho.

Aos meus pais Edson e Andréa por me darem uma educação de qualidade e uma vida confortável. A minha amada irmã Lisiane por ser luz em minha vida, apoiar-me e cuidar-me em todas as etapas de minha vida.

E por fim aos dedicados professores da UFPR que lutam diariamente para colocar a ciência brasileira no seu devido lugar. Em especial, a minha orientadora Prof. Dra. Lucélia, pela paciência e valorosas contribuições para o presente trabalho.

"Procuro semear otimismo e plantar sementes de paz e justiça. Digo o que penso, com esperança. Penso no que faço, com fé. Faço o que devo fazer, com amor. Eu me esforço para ser cada dia melhor, pois bondade também se aprende. Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir."

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar o processo de formação e atuação dos(as) árbitros(as) e apontadores de voleibol do Paraná. Trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória, na qual participaram 116 oficiais, sendo dois árbitros(as) internacionais, uma apontadora nacional/especial e 113 oficiais de arbitragem das demais categorias de atuação da Federação Paranaense de Voleibol (FPV) (regional, aspirante à nacional e nacional). Entrevista semi-estruturada aplicada de forma *online* foi realizada com os(as) árbitros(as) internacionais e apontadora nacional/especial, envolvendo questões referentes à trajetória formativa e carreira na arbitragem de voleibol. Os(As) oficiais de arbitragem das demais categorias de atuação responderam questionário *online* sobre características sociodemográficas, formação, categoria de atuação, local de atuação como oficial de arbitragem, e pretensões na carreira de oficial de arbitragem. Os dados foram analisados descritivamente e pela análise de conteúdo. Os resultados indicam que o quadro de arbitragem caracterizou-se, em sua maioria, por adultos jovens (média de idade de 34 anos), homens (69,9%), alta escolaridade e que possuem outra fonte de renda além da arbitragem (94,7%). Identificou-se também que os(as) oficiais referem boa preparação técnica (43,1%) e física (67,1%), mas poucos se preparam psicologicamente (29,1%). Aqueles que almejam chegar às categorias internacional ou nacional/especial (48,7%) relataram que não estudam a língua inglesa (55,2 %), que é pré requisito para ser indicado a estas categorias. Os(As) oficiais de arbitragem também indicaram que o principal motivo para continuidade na arbitragem é o vínculo com o esporte (46,9%), seguido do objetivo de ascender à carreira na arbitragem (25,7%). Foi sugerido pelos(as) oficiais de arbitragem que a FPV promova mais cursos de aperfeiçoamento, debates de regras, aumento na remuneração, troca de experiência entre os(as) oficiais de arbitragem com maior e menor tempo de atuação. Os(as) árbitros(as) internacionais e apontadora nacional/especial citaram o cumprimento de horas complementares na faculdade, o ambiente agradável e a necessidade financeira como motivos de ingresso na arbitragem. Estes sugeriram maior investimento no curso de formação e criação de um programa de aperfeiçoamento e acompanhamento contínuo dos(as) oficiais de

arbitragem, com avaliações, *feedbacks* e aconselhamentos. Os resultados sobre o processo de formação e atuação da arbitragem de voleibol paranaense indicam que o *match point* para uma carreira de sucesso na arbitragem é a boa preparação (física, técnica e psicológica), além do investimento na formação, oportunidades para aperfeiçoamento e acompanhamento.

Palavras-chave: Formação. Voleibol. Oficial de arbitragem. Árbitro. Apontador.

ABSTRACT

This Study's main goal was to analyse the formative process and performance of volleyball referees and scorekeepers in the state of Paraná. It is a descriptive research that included 116 officials: two international referees, one national/special scorekeeper and 113 officials from the remaining categories from the Federação Paranaense de Voleibol (FPV) (regional, national aspiring and national). An online semi-structured interview regarding aspects related to the formative trajectory and career as a volleyball official was conducted with the international referees as well as with the national/special scorekeeper. Other category officials answered an online questionnaire on the sociodemographic aspects, qualifications, acting category, acting site as officials and career ambitions as officials. Data were analysed descriptively and through content analysis. Results indicate that the participating officials were mainly young adults (average age of 34), male (69.9%), highly schooled and with a secondary income source aside from officiating (94.7%). The officials state to have good technical (43.1%) and physical (67.1%) preparation, but little psychological foundation (25.9%). Those who target rising to international or national/special categories (48.7%) state not to study English (55,2%), a requirement to be nominated into these categories. The officials also mention that the major reason to keep officiating is the connection to the sport (46.9%), followed by the goal of rising to an acting category (25.7%). The officials suggested the FPV promote more perfecting courses and rule debates, better the income and promote experience exchange officials with longer and shorter acting time. The interviewed referees and scorekeeper mentioned extra hours in college, pleasant officiating environment and financial need as the reasons why they engaged in officiating. In order to achieve a better formative process, they proposed the creation of a perfecting program and continuous officials evaluation, feedback and counseling. It was also suggested additional funding for the formative process. The results regarding the formative process for the volleyball officials from the state of Paraná indicate that the match point for a successful career in officiating is good preparation (physical, technical and mental) allied to formative funding, perfecting opportunities and continuous feedback and counseling.

Keywords: Formative process. Volleyball. Official. Referee. Scorekeeper.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CATEGORIAS DE ÁRBITROS(AS) CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL	30
FIGURA 2 – REGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ DIVIDIDAS DE ACORDO COM A ORGANIZAÇÃO DA ARBITRAGEM PARANAENSE	32

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CATEGORIA DE ÁRBITROS(AS) E APONTADORES DA FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL, POR MODALIDADE.	28
QUADRO 2 – CATEGORIAS DE ÁRBITROS(AS) E APONTADORES DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL(CBV), POR MODALIDADE.....	29

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E DE FORMAÇÃO DOS(AS) OFICIAIS DE ARBITRAGEM DE VOLEIBOL DO PARANÁ - 2020.....	36
TABELA 2 – CARACTERÍSTICA DE ATUAÇÃO NA ARBITRAGEM DOS(AS) OFICIAIS DE ARBITRAGEM DE VOLEIBOL DO PARANÁ 2020	38
TABELA 3 – PERCEPÇÃO DA PREPARAÇÃO DOS(AS) OFICIAIS DE ARBITRAGEM DE VOLEIBOL DO PARANÁ, QUE TEM PRETENSÃO DE SEGUIR CARREIRA INTERNACIONAL OU NACIONAL ESPECIAL	40

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ACM	- Associação Cristã de Moços
CBV	- Confederação Brasileira de Voleibol
COBRAV	- Comissão Brasileira do Arbitragem de Voleibol
FIVB	- Fédération Internationale de Volleyball/ Federação Internacional de Voleibol
FPV	- Federação Paranaense de Voleibol
NRE	- Núcleo Regional de Educação

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	15
1.1.JUSTIFICATIVA	19
1.2.OBJETIVOS	19
1.2.1.Objetivo geral	19
1.2.2.Objetivos específicos	20
2.REVISÃO DE LITERATURA	21
2.1.VOLEIBOL	21
2.2.ARBITRAGEM	24
2.3.PROCESSO DE FORMAÇÃO DE ÁRBITROS(AS) E APONTADORES NO VOLEIBOL.....	28
3.MATERIAL E MÉTODOS	33
4.RESULTADOS	36
5.DISSCUSSÃO	49
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE 1 — QUESTIONÁRIO PARA OFICIAIS DE ARBITRAGEM DO PARANÁ, EXCETO ÁRBITROS(AS) INTERNACIONAIS E APONTADORES NACIONAIS ESPECIAIS	58
APÊNDICE 2 — ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ÁRBITROS(AS) INTERNACIONAIS E APONTADORES NACIONAL/ESPECIAL	63
APÊNDICE 3 — CARTA CONVITE PARA OS(AS) OFICIAIS DE ARBITRAGEM	64
APÊNDICE 4 — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	66

1. INTRODUÇÃO

O voleibol surgiu em 1895, no interior do estado de Massachusetts, Estados Unidos da América, como uma atividade recreativa para homens de negócio de idade próxima a 40 e 50 anos. Idealizado por Willian George Morgan, o voleibol se originou da necessidade de uma prática sem contato físico, de menor intensidade que o basquetebol, esporte muito praticado na época, e em espaço fechado, devido as condições climáticas, para os membros da Associação Cristã de Moços (ACM), da cidade de Holyoke. (FIVB, 2020)

Por meio da influência de alguns esportes o voleibol foi se desenhando. Foi do basquete que veio a primeira bola usada para o novo esporte. E do Tênis a rede, que foi elevada a aproximadamente a uma altura de 1,98m. (BIZZOCCHI, 2004)

Após a criação, o novo esporte passou por um processo de popularização, marcado pela exibição de um jogo demonstrativo no colégio de Springfield durante uma conferência para os Diretores Físicos das ACM's do estado. Com um importante apoio governamental norte-americano, o processo de popularização e consolidação do voleibol no país de origem contou com a construção de quadras em lugares públicos, como a praia, a inclusão do esporte nas escolas norte-americanas e uma grande adesão de jovens, que logo se encantaram pela novidade. (MARCHI JÚNIOR, 2004)

A partir de 1900, o voleibol rompe as fronteiras norte-americanas, chegando primeiramente ao Canadá por meio das ACM's canadenses. Anos mais tarde, seguiu sua expansão para os cinco continentes. Praticado nos momentos de folgas pelos soldados norte-americanos durante a Primeira Guerra Mundial, o voleibol chegou aos solos europeus. (MARCHI JÚNIOR, 2004; BOJIKIAN, 2005)

Após a difusão do voleibol pelo mundo, em 1947 na França, com representantes de 14 países, incluindo o Brasil, foi fundada a Federação Internacional de Voleibol (FIVB). Outras federações de diferentes nacionalidades se afiliaram a FIVB com o passar dos anos, legitimando a instituição que representa os interesses gerais da modalidade no mundo. (FIVB, 2020)

Na América do Sul não foi diferente, a primeira nação a conhecer o voleibol foi o Peru, em 1910, trazido por uma missão especializada em educação primária norte-americana. Um ano antes da fundação da FIVB, foi fundada a Confederação

Sul-Americana de Voleibol. Segundo Marchi Júnior (2004), a instituição possuía pouca expressividade internacional, visto que sua atuação se resumia em promover campeonatos continentais em ambos os naipes. (MARCHI JÚNIOR, 2004)

Reconhecido hoje como uma potência mundial do voleibol, não existe um consenso sobre onde e quando a modalidade teve sua primeira aparição no Brasil. Segundo Bojikian (2005) existem duas versões a respeito de sua primeira aparição no Brasil. A primeira afirma que o jogo foi feito em uma escola no estado de Pernambuco em 1915 e a segunda que foi na ACM de São Paulo por volta de 1916/1917. Ambas as instituições possuem registros, porém a data desses registros não são precisas. (BOJIKIAN, 2005)

O voleibol brasileiro não teve grande adesão logo de início, até o final da década de 1920 a modalidade permaneceu predominantemente com caráter de esporte-recreação. Foi no Rio de Janeiro que o clube Fluminense deu início à prática amadora do voleibol, promovendo torneios para os clubes filiados, a extinta Liga Metropolitana de Desporte Terrestre. Foi somente na década de 1970 que a modalidade passa por uma “grande virada”. Nesse momento, já existiam instituições voltadas para a prática do voleibol no Brasil a nível federal e estadual. (BIZZOCCHI, 2004)

A Confederação Brasileira de Voleibol, órgão que rege o voleibol brasileiro, foi fundada no ano de 1954, sendo que até esta data vigorava a fase amadora do esporte no país. O voleibol da época era “mais versátil que o atual e a especialização quase não existia.” (BIZZOCCHI, 2004, p. 18). A falta de intercâmbio foi um fator determinante para as seleções e clubes não conquistarem resultados internacionalmente expressivo nos anos 60 e 70. (BIZZOCCHI, 2004)

Segundo Bojikian (2005), a CBV, juntamente com o apoio de algumas federações estaduais, passou, a partir da segunda metade da década de 1970, a investir na formação de técnico e atletas brasileiros, oportunizando cursos e sediando campeonatos internacionais. Carlos Arthur Nuzman, ex-presidente da CBV, considerado uns dos maiores responsáveis pela “grande virada” no voleibol brasileiro, promoveu a “remodelação da organização administrativa e incorporação de estratégias de marketing no esporte” (MARCHI JÚNIOR, 2004, p. 90-91). Em sua trajetória como presidente da CBV, Nuzman foi um dos responsáveis pela catalização do processo de profissionalização do voleibol no país. Com a

aproximação da televisão, empresas e multinacionais passaram a apoiar financeiramente a modalidade, possibilitando a transição do esporte da categoria e prática amadoras para a profissional. A partir de então, atletas poderiam dedicar-se plenamente para atingir o alto desempenho, sem precisar dividir seu tempo com um trabalho em paralelo. (BOJIKIAN, 2005; MARCHI JÚNIOR, 2004)

Após a profissionalização e o processo de massificação do voleibol brasileiro na década de 1980, o país passou a colher importantes frutos e conquistou inúmeros títulos internacionais. É possível citar, como exemplo, os diversos títulos mundiais e olímpicos conquistados pelo naipes masculino: Jogos Olímpicos de Barcelona (1992), Jogos Olímpicos de Atenas (2004), Jogos Olímpicos do Rio (2016), Mundial 2002 na Argentina, Liga Mundial nos anos de 1993, 2001, 2003 entre outros; e pelo naipes feminino: Jogos Olímpicos de Pequim (2008), Jogos Olímpicos de Londres (2012), Grand Prix nos anos de 1994, 1996, 1998, entre outros. (FIVB, 2020)

Além do cenário profissional, o voleibol é o segundo esporte mais popular do Brasil, perdendo apenas para o futebol (CBV, 2021). Visto a dimensão e a importância do voleibol no Brasil é primordial lembrar a importância da equipe que não está em contato direto com a bola, mas que determina para quem vai cada ponto aplicando as regras da modalidade e diferentes protocolos de jogo.

Os apontadores trabalham em conjunto com os(as) árbitros(as) e têm função de registrar os resultados, penalidades, retardamentos, lista de jogadores e comissão técnica. Já os(a) árbitros(as) são aqueles que conduzem o jogo, autorizam o início da partida, encerram um rally, permitem, ou não, tempos de descanso e encerram um jogo.

Os(As) árbitros(as) têm o dever de conhecer a regra do jogo em sua plenitude e demais funções gerais das regras, e além disso, “são também um professor, promotor, administrador [...]”. (CBV, 2018, p.5) A Comissão Brasileira de Arbitragem de Voleibol (COBRAV), um órgão da CBV, é responsável por padronizar, desenvolver e regulamentar a arbitragem de voleibol no Brasil. Para isso, promove cursos, seminários, palestras e até mesmo a fiscalização e aplicação das sanções devidas aos árbitros de acordo com seu regulamento interno. (CBV, 2020)

No âmbito estadual, a Federação Paranaense de Voleibol (FPV), fundada no ano de 1953, além de ser mais uma entidade responsável por promover

campeonatos em nível estadual e regional, coordenando e normatizando a modalidade, é responsável também por promover cursos de formação de árbitros(as) de voleibol. Diferente da CBV, a FPV não possui um órgão voltado exclusivamente para a arbitragem, que é regulamentada por um diretor, coordenador e regulamento interno específicos. (FPV, 2017)

As federações estaduais são responsáveis por promover cursos de formação de árbitro(a) e apontador(a), com a autorização da CBV. Nos diferentes estados, os cursos podem variar. O regulamento atual da COBRAV não especifica a existência de exigências mínimas para a validação de um curso. Após aprovação neste curso e período de experiência, o(a) oficial de arbitragem passa, então, a fazer parte do quadro de árbitros da federação local e pode, após um ano, pode passar para o registro do quadro de árbitros(as) da CBV. (CBV, 2018)

As categorias de atuação para árbitros(as) e apontadores são: regional, aspirante à nacional (categoria exclusiva do voleibol de quadra), nacional, nacional especial (exclusivo para apontadores) e internacional (exclusivo para árbitros). Essas categorias permitem que o oficial de arbitragem possa atuar em determinadas competições de diferentes níveis. Para ascender de uma categoria à outra o(a) árbitro(a) e o(a) apontador(a) devem seguir alguns pré-requisitos, como tempo de atuação em cada categoria, domínio da língua inglesa e aprovação em avaliações teóricas e práticas. (CBV, 2018)

Segundo Bastos (2012), a qualidade de um espetáculo esportivo está ligado a qualidade dos elementos envolvidos: jogadores, comissão técnica, dirigentes e árbitros. Visto que a função de árbitro(a) é elemento fundamental para a realização de um jogo e que sua atuação é decisiva na qualidade do evento esportivo, é de suma importância que a qualidade de sua formação seja excelente. Considerando a importância do(a) árbitro(a) durante um jogo oficial, este trabalho tem como questão norteadora analisar como ocorre o processo de formação e atuação dos(as) árbitros(as) de voleibol do Paraná, atuantes no quadro de arbitragem responsável pela modalidade no estado.

Para esta pesquisa o termo voleibol será usado de forma geral, quando não houver intenção de distinção das modalidades e, o termo vôlei será utilizado para indicar as modalidades específicas, vôlei de praia e vôlei de quadra (ou indoor). Apesar de existirem outras modalidades derivadas do voleibol (vôlei sentado,

minobol, *snow volleyball*) estas não foram analisadas de forma específica na presente investigação.

1.1.JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa justifica-se no campo acadêmico-científico pela escassez de trabalhos voltados para a formação de oficiais de arbitragem de voleibol no Brasil. Existe um grande número de pesquisas voltadas ao estudo do atleta em diversas temáticas de diferentes sub-áreas da Educação Física. É importante considerar, porém, que o atleta não é a única figura relevante do campo esportivo. O(A) árbitro(a) é elemento igualmente integrante e essencial ao contexto da prática de esporte profissional. Não há competição oficial que possa prescindir da presença de uma equipe de arbitragem, que por isso merece igual atenção.

A escolha desta temática relaciona-se à vivência do pesquisador como atleta de voleibol por mais de cinco anos, nos quais representou instituições de Curitiba e a própria seleção oficial da cidade nos Jogos da Juventude. A prática como atleta motivou o ingresso no curso de graduação em Educação Física e, após ingresso na graduação, teve conhecimento da oferta de um curso de formação de oficiais de arbitragem de voleibol pela FPV, realizado em 2016. Seguiram-se cinco anos de experiência como árbitro, cujo contato com diferentes grupos de oficiais resultou nas inquietações sobre o processo de formação do árbitro que deram origem a esta pesquisa. A pesquisa visa contribuir para o processo de formação e para o fortalecimento do quadro de oficiais de arbitragem no estado e, conseqüentemente no país.

1.2.OBJETIVOS

1.2.1.Objetivo geral

Analisar a percepção do processo de formação e atuação dos(as) oficiais de arbitragem de voleibol do Paraná.

1.2.2. Objetivos específicos

- Caracterizar os(as) oficiais de arbitragem de voleibol do Paraná quanto às variáveis sociodemográficas e de atuação.
- Identificar a percepção da preparação (técnica, física e psicológica) para atuação na arbitragem de voleibol paranaense.
 - Avaliar os motivos de ingresso na arbitragem segundo a percepção dos(as) oficiais de arbitragem de voleibol do Paraná.
- Verificar a percepção dos(as) oficiais de arbitragem internacional e nacional/especial sobre o processo de formação na arbitragem de voleibol paranaense.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção foi organizada em três subtópicos. Primeiramente será dissertado a origem do voleibol, como o esporte se desenvolveu e suas características. Posteriormente serão apresentados os aspectos relacionados à arbitragem, como preparação para atuação, habilidades relacionadas ao ofício da arbitragem e deveres. Por fim, aspectos gerais do(a) árbitro(a) no voleibol e o processo de formação deste.

2.1. VOLEIBOL

No Brasil, o voleibol é o segundo esporte mais popular (CBV, 2021). Ao todo o país soma 23 medalhas olímpicas nas duas modalidades: vôlei de praia e vôlei *indoor* (CBV, 2021). Atualmente a seleção brasileira masculina de vôlei *indoor* lidera o *ranking* mundial (FIVB, 2021), a equipe feminina é a terceira colocada na lista, ficando atrás das seleções da China (atual campeã olímpica) e Estados Unidos. No vôlei de praia o cenário é muito parecido, no qual duas duplas masculinas brasileiras estão entre as cinco melhores equipes do mundo, e no feminino, três duplas estão entre as 10 melhores do mundo. Para os Jogos Olímpicos de Tóquio, o Brasil está com todas as possíveis vagas garantidas tanto no vôlei de praia com: Ágata e Duda, Ana Patricia e Rebecca, Alison e Álvaro Filho, e Evandro e Bruno, quanto no vôlei *indoor* com as seleções adultas masculina e feminina (FIVB, 2021). A equipe de arbitragem brasileira também garantiu vaga (4), em ambas as modalidades, em Tóquio, firmando mais uma vez a importância e hegemonia do voleibol no Brasil. (CBV, 2020)

Diferente da origem de vários esportes que passaram por um processo de desportivização, ou seja o voleibol não surge de manifestações culturais como o futebol, surgiu com influências de outros esportes com características e conjunto de regras próprios (MARCHI JÚNIOR, 2004). Em outras palavras, o voleibol foi idealizado por encomenda, com regras e características de esporte, e não da evolução de manifestações culturais, jogo ou passatempo, como exemplo, o futebol na Inglaterra. (MARCHI JÚNIOR, 2004)

Willian George Morgan, a pedido do pastor Lawrence Rinder, idealizou um jogo, como nome de *minonette*, para suprir a necessidade de preservar os homens de meia-idade, membros da Associação Cristã de Moços (ACM) de Holyoke, dos fortes contatos físicos do Basquete e do rigoroso inverno norte americano. (BIZZOCCHI, 2011)

O *minonette*, apesar de suas inúmeras mudanças ao longo da história, incluindo o próprio nome que passou a se chamar voleibol, é de princípios simples: duas equipes de números iguais em uma quadra e separadas por uma rede. O objetivo é enviar a bola ao campo adversário, sobre a rede, sem segurar ou conduzir, em um limite máximo de três toques entre a equipe, e fazê-la tocar o solo do campo adversário. (FIVB, 2017)

Nessa lógica de princípios simples, o voleibol se adaptou em vários locais, com características próprias, o que resultou em novas modalidades: vôlei de praia, fut-vôlei, vôlei sentado, vôlei quarteto (BORSARI, 1996) e, mais recentemente, o *snow volleyball*. (FIVB, 2020).

O minobol, chamado também de vôlei agarrado, é outra modalidade derivada do voleibol. Elaborada para os idosos, a modalidade teve suas primeiras aparições no interior de São Paulo na década de 90 e recentemente (em 2017) constituiu uma confederação nacional. (SANTOS, 2021)

As primeiras regras e características do novo esporte foram publicadas um ano após seu surgimento (1896), na revista *Physical Education*. Nessa época, o saque deveria ser feito com um pé sobre a linha, não existia bola exclusiva para a prática, o número de jogadores não era definido e o jogo era disputado em 9 pontos. (DAIUTO, s/d)

As primeiras mudanças de regras da nova modalidade foram feitas, ainda em seu local de origem, a partir de sugestões do grupo que praticava o voleibol na ACM (BIZZOCCHI, 2004). Foi Morgan, após um período de experiência com o novo jogo, que percebeu a necessidade de uma bola própria e solicitou a confecção de uma bola própria para a modalidade (BIZZOCCHI, 2004). Após o primeiro jogo exibição, na conferência para os Diretores físicos das ACM's, Morgan ganhou "carta branca" para modificar as regras da forma que ele bem entendesse. Ele preferiu, porém, conter-se na técnica a ser desenvolvida e passou a responsabilidade da escrita das regras para membros de outras AMC's. (BIZZOCCHI, 2004; DAIUTO, s/d)

Devido à expansão mundial do voleibol, alguns países e regiões fizeram suas próprias regras (BIZZOCCHI, 2004). Com a fundação da Federação Internacional de Voleibol (FIVB) em 1947, foi criada a comissão das leis do jogo com o objetivo de assegurar a interpretação padrão das regras (BIZZOCCHI, 2004). A influência dos meios de comunicação, principalmente rádio e TV, que passaram a transmitir os jogos, também fez com que o jogo fosse remodelado. (MARCHI JÚNIOR, 2004)

Esse fato contribuiu para que a forma de disputa fosse alterada. Até 1998 o jogo era realizado no sistema de vantagem, o quer dizer que a equipe só pontuava quando sacava (MARCHI JÚNIOR, 2004). Exemplificando, se o saque veio do Time A e o Time B conseguiu colocar a bola no chão do campo adversário ou fazer com que o mesmo cometesse uma falta, o time B não pontua, apenas ganha o direito de sacar, chamado de vantagem. Essa forma de disputava fazia com que os jogos de voleibol durassem muitas horas, o que era um problema para os meios de comunicação. (MARCHI JÚNIOR, 2004)

Foi em 1998 que o Congresso Mundial da FIVB aprovou o sistema de pontos corridos ("*rally point*"), onde todo *rally* gera um ponto. Faz um ponto a equipe que consegue colocar a bola no solo adversário, ou quando a equipe oposta comete uma falta ou é penalizada (FIVB, 2020). Foi definido, também, que todos os *sets*, com exceção do quinto, seriam disputados até 25 pontos, com no mínimo dois pontos de diferença. Caso houvesse empate em vitória de *sets*, o quinto set, chamado de *tie break*, seria jogado até 15 pontos, também com diferença mínima de dois pontos. Venceria a partida a equipe que vencesse três *sets* primeiro. (FIVB, 2020)

Outra mudança significativa para a espetacularização do esporte, testada e aprovada pela FIVB em 1996, foi a introdução do jogador especialista em defesa e recepção do saque, o líbero. O líbero deveria usar uniforme contrastante em relação ao restante da sua equipe e sua função não permitiria sua entrada na zona de frente para realizar um bloqueio ou um ataque acima do bordo superior da rede. (FIVB, 2020)

Mais especificações do jogador líbero podem ser conferidos no livro de regras da FIVB:

19.3.1.1 O Líbero poderá efetuar a troca com qualquer jogador que ocupe uma posição da linha de trás.

19.3.1.2 Ele/ela tem atuação restrita às posições da linha de trás e não poderá completar um golpe de ataque, de qualquer parte da quadra ou da zona livre, se, no momento do contato com a bola, esta esteja totalmente acima do bordo superior da rede.

19.3.1.3 Ele/ela não poderá sacar, bloquear ou tentar bloquear.

19.3.1.4 Um jogador não poderá completar um golpe de ataque quando a bola está completamente acima do bordo superior da rede, caso tenha sido tocada pelo Líbero por meio de um voleio com a ponta dos dedos, estando este dentro de sua zona de ataque. A bola poderá ser atacada normalmente caso o Líbero execute a mesma ação, estando fora de sua zona de ataque ou de seu prolongamento. (FIVB, 2016)

O voleibol sofreu influência de outros esportes desde sua origem. No princípio de idealização do esporte Willian Morgan incluiu a rede do tênis e a bola de basquete. Recentemente o sistema de revisão de jogada por vídeo foi testado e implantado no voleibol, outra mudança inspirada no tênis (CARDOSO, s/d). As mudanças são constantes na história da modalidade (BIZZOCCHI, 2004). Atualmente, a tecnologia está ainda mais presente e tem participação direta nos jogos de voleibol. Nos campeonatos de nível mundial e em alguns campeonatos nacionais, as equipes podem pedir a revisão de uma jogada por meio de algumas câmeras implantadas em pontos específicos. Esse recurso, chamado de Challenge System, foi usado pela primeira vez em Jogos Olímpicos na edição do Rio (2016), e já está confirmado, pela FIVB, para os Jogos Olímpicos em Tóquio, devido ao sucesso do sistema. (FIVB, 2020)

2.2 ARBITRAGEM

No contexto do jogo de qualquer esporte, os personagens que se destacam são os atletas, equipe técnica, e quem não deve chamar a atenção para si, mas que faz parte do show, é o(a) árbitro(a) (VELHO, 2010). A presença do(a) árbitro(a) não é apenas necessária, é imprescindível, ponto crucial para a condução de uma partida (PEREIRA *et al*, 2007; SILVA, 2008). Não existe uma partida oficial que não tenha a presença de uma equipe de arbitragem. É esta equipe que faz com que a regra do jogo seja aplicada e os resultados sejam oficializados. (GUTIÉRREZ; VOSER, 2012)

Toda partida é dirigida por um(a) árbitro(a), que possui autoridade máxima para cumprir as regras do jogo, em cooperação com sua equipe de arbitragem. Na esfera do esporte-competição, o(a) árbitro(a) tem intervenção desde a iniciação esportiva até o esporte profissional (LIMA, 2005). Cabe ao árbitro garantir que o jogo chegue ao final, levando em conta os fatores de imprevisibilidade. (VELHO, 2010)

Apesar das especificidades de cada esporte, regras específicas e área de jogo, é de responsabilidade da equipe de arbitragem conduzir e mediar uma partida. São deveres do(a) árbitro(a): conhecer as regras oficiais, ser pontual, não discutir com os espectadores e ter boa condição física. (DAIUTO, s/d)

Várias modalidades esportivas também mostram preocupação com a formação e atuação da equipe de arbitragem através de documentos, regulamentação e normas gerais, como o futebol (CBF, 2016), o handebol (IHF, 2016) e o tênis (ITF,2020).

A CBF (Confederação Brasileira de Futebol) trás em seu Manual das Normas Gerais da Arbitragem Brasileira, no artigo vinte e cinco, o seguinte: “Cumprir e fazer cumprir as Leis do Jogo, o Regulamento das Competições e as Normas da Arbitragem, mantendo conduta compatível com os princípios desportivos de lealdade, probidade, verdade e retidão em tudo o que diga respeito à direção de jogos e às relações de natureza desportiva, econômica e social.” (CBF, 2016, p.36).

A Federação Internacional de Handebol (IHF), por meio do livro de regras oficiais, também cita a responsabilidade dos(as) árbitros(as) para garantir que o jogo seja jogado conforme as regras e que possíveis infrações devem ser penalizadas. (IHF, 2016)

O código de conduta para oficiais de arbitragem do tênis, publicado pela Federação Internacional de Tênis, é ainda mais completo, além de descrever os cuidados que o(a) árbitro(a) deve ter com a sua boa aparência, preparo físico, domínio das regras oficiais e imparcialidade, descreve também como os(as) oficiais devem se portar nos ambientes extra quadra, determinando que os(as) árbitros(as) não devem socializar-se e nem tornar-se íntimo dos jogadores. (ITF, 2020)

No voleibol, a COBRAV foi responsável pela tradução das regras internacionais e repasse das instruções para os(as) árbitros(as) e elaboração do Guia de Arbitragem com aspectos semelhantes e complementares aos documentos anteriormente citados; Este Guia deve ser usado tanto na formação quanto na

prática profissional dos árbitro(a)s de voleibol. "Para a correta aplicação das regras, os árbitros devem conhecê-las perfeitamente e aplicá-las decisivamente e corretamente dentro do contexto do jogo." (COBRAV, 2020, p.4)

Decorrente a tamanha responsabilidade e conjunto de deveres, o(a) árbitro(a), elemento sensível no cenário esportivo, deve dar atenção especial para sua preparação e maneira como relaciona-se (GAMA, 2005). Lima (2005), afirma que essa preparação, formação, consiste em três fatores: física, técnica e psicológica. Araújo *et.al* (2020), ainda acrescenta o fator social.

A preparação física do(a) árbitro(a) tem que satisfazer as exigências da modalidade, como por exemplo, o(a) árbitro(a) de tênis, que não realiza o mesmo esforço físico de um(a) árbitro(a) de futebol, mas que necessita manter um esforço postural durante horas sem perder a concentração e poder de julgamento. (LIMA, 2005)

Não basta que o(a) árbitro(a) seja fisicamente preparado(a), ele(a) deve ter conhecimento pleno de todos os documentos normativos do esporte que irá atuar. A preparação técnica, para o ofício de arbitrar, inicia-se com o estudo de regras e protocolos específicos da modalidade. É com esse conjunto normativo que o árbitro(a) deve conduzir a partida. Essa preparação tem que ser rigorosa, com formações e aperfeiçoamento frequentes, com o objetivo de estar pronto para qualquer situação de jogo. (LIMA, 2005)

É ingrediente necessário para o sucesso da atividade de arbitragem as aptidões da mente. A decisão dos(as) árbitros(as) pode definir uma partida. Os homens e mulheres do apito devem ser precisos e objetivos, e para que o esse trabalho seja levado de forma imparcial e justa, os fatores emocionais devem ser levado em consideração (PEREIRA *et al*, 2007). Assim, a preparação psicológica tem como objetivo balizar os "processos psicológicos que intervêm no exercício da função de arbitragem em competição, através da aprendizagem e treino de estratégias e técnicas de regulamentação psicológica" (SERPA, 2005, p.201). É fundamental que o(a) árbitro(a) tenha uma estrutura psicológica estável durante a competição, controle das emoções, concentração e aspectos comportamentais em equilíbrio. (SERPA, 2005)

Faz-se necessário, para os(as) árbitros(as), conhecer as características regionais do esporte e respeitá-las. Nesse sentido, o fator social permite uma

linguagem comum do meio, melhorando a comunicação, deixando-a mais clara, nítida e coesa dentro do contexto do jogo. (SOUSA, 2016)

Neste processo de preparação o(a) árbitro(a) não conta com suporte de profissionais, como exemplo, psicólogo ou preparador físico. Velho (2010), aponta que essa preparação ocorre de forma autônoma, que o(a) árbitro(a) deve modernizar-se e acompanhar a evolução do esporte e ainda administrar seu trabalho profissional e vida familiar (VELHO, 2010). Diferente dos demais ofícios exercidos pelos personagens inseridos no cenário esportivo, como técnicos, atletas, dirigentes e outros, o exercício de arbitrar, apesar de sua indispensabilidade no esporte, não é uma atividade profissionalmente regulamentada. (GUTIÉRREZ; VOSER, 2012).

O(A) árbitro(a) deve ter características e qualidades que permitam a gerir uma partida. A função de arbitrar, resulta em conduzir uma partida até o final com competência, autoconfiança, imparcialidade, atenção máxima, não importando a forte tensão do momento (PEREIRA *et al*, 2007).

A equipe de árbitros, durante um jogo de voleibol é composta por: primeiro(a) árbitro(a), segundo(a) árbitro(a), apontador(a), apontador(a) assistente e fiscais de linha. O(A) apontador(a) assistente é obrigatório em campeonatos mundiais e oficiais da FIVB (FIVB, 2018).

O(A) primeiro(a) árbitro(a) executa seu ofício sobre a cadeira de arbitragem, posta na extremidade da rede oposta do apontador. É o(a) primeiro(a) árbitro(a) que tem autoridade sobre os membros das equipes e sobre sua equipe de árbitros, suas decisões são soberanas durante todo o jogo e tem a responsabilidade de advertir e punir as equipes, quando necessário (FIVB, 2018).

O(A) segundo(a) árbitro(a) é assistente do(a) primeiro(a) e possui competências próprias, como autorizar interrupções, substituições, penetrações sob a rede, contato faltoso do jogador com a rede, entre os outros (FIVB, 2018).

O(A) apontador(a) realiza seu trabalho na mesa do(a) apontador(a), é responsável por preencher corretamente a súmula, de acordo com as regras. Caso ocorra alguma irregularidade o(a) apontador(a) deve acionar uma campainha ou sinalizar para os(as) árbitros(as) do jogo (FIVB, 2018).

O(A) apontador(a) assistente executa sua função sentado ao lado do(a) apontador(a) e é responsável por registrar as trocas que envolvem o líbero. O(A)

apontador(a) assistente também tem a responsabilidade de acompanhar as tarefas administrativas do(a) apontador(a). (FIVB, 2018)

Por fim, os juízes de linha atuam sobre o prolongamento de cada linha. Utilizam-se de bandeiras para sinalizar as trajetórias e ações da bola como bola dentro da quadra, fora da quadra, bola que toca a antena, faltas dos pés (pisar na linha) na execução do saque, bola que cruza indevidamente a rede, entre outras situações devidamente detalhadas nas regras. (FIVB, 2018)

2.3 PROCESSO DE FORMAÇÃO DE ÁRBITROS(AS) E APONTADORES NO VOLEIBOL: CURSOS E CATEGORIAS DE ATUAÇÃO

No estado do Paraná, a Federação Paranaense de Voleibol (FPV) é responsável pelo processo de formação dos(as) oficiais de arbitragem. A formação ocorre por meio de um curso ministrado por árbitros(as) da categoria Nacional com chancela da CBV. Para a aprovação é necessário que o participante atinja, o mínimo de, 70 pontos na prova teórica. O resultado é publicado por meio de nota oficial no site da FPV, e, então, o(a) candidato(a) aprovado(a) classifica-se à categoria Aspirante Regional. A partir da inscrição do(a) árbitro(a) na federação poderá haver promoções à outras categorias dentro da instituição, conforme quadro 1. (FPV, 2019)

QUADRO 1: CATEGORIAS DE ÁRBITROS(AS) E APONTADORES E DA FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL (FPV), POR MODALIDADE

Categorias	Voleibol Indoor (ÁRBITRO)	Vôlei de Praia (ÁRBITRO)	Voleibol Indoor (APONTADOR)	Vôlei de Praia (APONTADOR)
Aspirante à Regional	X	X	X	X
Regional	X	X	X	X

FONTE: O autor (2020).

Da aprovação no curso de formação para a ascensão à categoria Regional FPV, dentro do quadro de árbitros da FPV, o(a) árbitro(a) e/ou o(a) apontador(a)

deve realizar um estágio de 10 jogos em um prazo de dois anos após a aprovação no curso de formação. O regulamento não determina a modalidade (indoor ou praia) e nem a função (árbitro ou apontador) que os(as) oficiais devem atuar para aspirar à categoria Regional. E, após um ano em exercício na função de oficial de arbitragem, o mesmo pode ser indicado pela federação para ser inscrito e pertencer também ao quadro de árbitros da Confederação Brasileira. (FPV, 2017)

De acordo com a CBV, os(as) árbitros(as) e apontadores são classificados em categorias: Regional, Aspirante à Nacional (exclusiva do voleibol de quadra), Nacional, Nacional Especial (para apontadores) e Internacional (para árbitros(as)), conforme quadro 2.

QUADRO 2: CATEGORIAS DE ÁRBITROS(AS) E APONTADORES DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL (CBV), POR MODALIDADE.

Categorias	Vôleil Indoor (ÁRBITRO)	Vôlei Indoor (APONTADOR)	Vôlei de Praia (ÁRBITRO)	Vôlei de Praia (APONTADOR)
Regional	X	X	X	X
Aspirante à Nacional	X	X		
Nacional	X	X	X	X
Nacional Especial		X*		X*
Internacional	X		X	

FONTE: O autor (2020).

NOTA: * O regulamento da COBRAV não especifica se a nova categoria nacional para apontadores é válida para ambas as modalidades, praia e indoor.

A ascensão às diferentes categorias de atuação do(a) árbitro(a) e apontador(a) conforme a CBV está apresentada na figura 1.

FIGURA 1: CATEGORIAS DE ÁRBITROS(AS) E APONTADORES. CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL



FONTE: Adaptada da Confederação Brasileira de Voleibol (2020).

Para a ascensão às categorias apresentadas na figura 1 é necessário que o oficial de arbitragem cumpra os pré-requisitos previstos no regulamento da COBRAV, e, também, sejam indicados por sua federação estadual a participarem do curso de avaliação promovido pela COBRAV, com exceção a categoria internacional. (COBRAV, 2018)

Para ingressar no quadro de árbitros(as) da CBV é necessário que o(a) árbitro(a) obtenha aprovação no curso de formação promovido por alguma federação, faça cumprir o prazo mínimo de um ano de estágio e que seja feita a solicitação da federação de origem quanto à inscrição do novo oficial de arbitragem (COBRAV, 2018). O(A) árbitro(a) que cumprir as exigências citadas pertencerá à categoria Regional e estará apto a atuar em Campeonatos Brasileiros.

A categoria Aspirante à Regional é exclusiva do vôlei indoor, sendo que para ascender à ela é necessário que o oficial de arbitragem tenha atuado como Regional por pelo menos dois anos e se submeta a uma avaliação promovida pela COBRAV. Após aprovação, o oficial estará apto a atuar em Campeonatos Brasileiros/Superliga.

A ascensão à categoria Nacional exige do(a) árbitro(a) uma formação com curso universitário e aprovação em uma avaliação específica promovida pela

COBRAV. Após aprovação nesta categoria o(a) árbitro(a) estará apto(a) a atuar em Competições Nacionais/Superliga.

Para a modalidade do vôlei de quadra é necessário a experiência mínima de dois anos na categoria Aspirante à Nacional, e para o vôlei de praia, a atuação exigida é de quatro anos na categoria Regional. (COBRAV, 2018)

Para se candidatar a árbitro(a) internacional é necessário pertencer à categoria Nacional, ter registro de pelo menos três anos na FIVB, ser indicado pelo presidente da COBRAV e autorizado pelo presidente da CBV. Também é exigida a idade máxima de 40 anos e ser aprovado em uma prova de proficiência em língua inglesa por uma entidade credenciada pela CBV. Após aprovação, o candidato poderá atuar em qualquer competição internacional, se estiver inscrito na FIVB. Todos os registros e promoções de árbitros(as) devem ser publicados em Nota Oficial da CBV. (COBRAV, 2018)

Diferente dos(as) árbitros(as), os apontadores não são submetidos à avaliações da COBRAV, mas é necessário cumprir prazos e se submeter à solicitação oficial da respectiva Federação (COBRAV, 2018). Para a promoção à categoria Aspirante à Nacional o(a) apontador(a) deve pertencer à categoria Regional por mais de dois anos. Faz-se necessário a atuação de pelo menos dois anos na categoria Aspirante à Nacional para que o(a) apontador(a) esteja apto(a) a atuar na categoria Nacional.

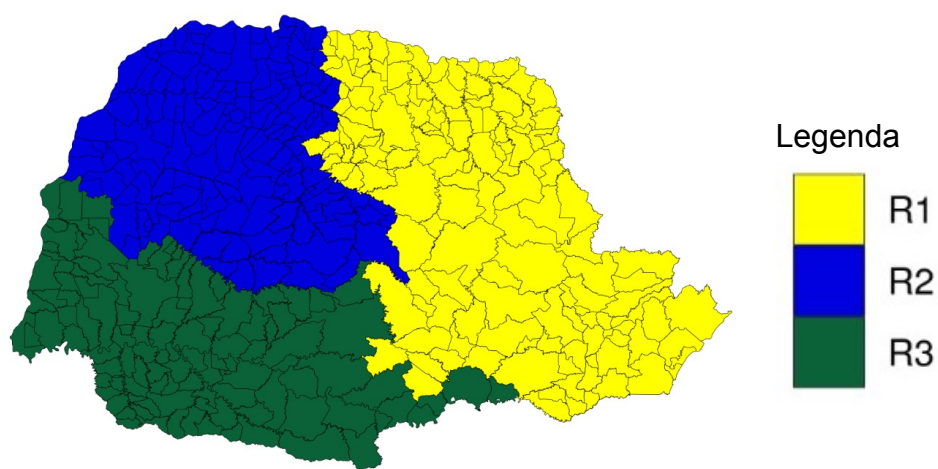
Por fim, a nova categoria nacional (2018), Nacional Especial, exige do(a) oficial atuação mínima de dois anos como Nacional, aprovação em uma prova teórica aplicada em uma competição e domínio da língua inglesa (COBRAV, 2018). O regulamento da COBRAV não é claro quanto a nota mínima para aprovação, por quem deve ser aplicado ou revisada essa prova teórica, tampouco quais competições essa prova pode ser aplicada. É válido ressaltar que esta categoria é muito recente. Este fato pode explicar a falta de informação, contida nos documentos emitidos pela COBRAV/CBV, sobre a nova categoria. Recentemente, a COBRAV divulgou a lista dos primeiros apontadores a pertencer a nova categoria, tanto no vôlei de quadra quanto no vôlei de praia. (CBV, 2020)

Para a atuação nos jogos realizados no Paraná, em nível local, regional ou estadual, a seleção dos(as) árbitros(as) para cada jogo é definida pela FPV via coordenador de arbitragem de cada região e/ ou coordenador da competição. Para

tanto, o estado do Paraná foi dividido em três regiões: R1, R2 e R3, e possui, portanto, três coordenadores de arbitragem (FPV, 2018). As escalas devem ser postadas em Nota Oficial. (FPV, 2019)

A divisão do estado do Paraná nas três regiões de atuação da arbitragem de voleibol da FPV está apresentada na figura 2.

FIGURA 2: REGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ DIVIDIDAS DE ACORDO COM A ORGANIZAÇÃO DA ARBITRAGEM PARANAENSE.



FONTE: O autor (2020).

Segundo a FPV, as regiões foram divididas de acordo com o Núcleo Regional de Educação (NRE). Em reunião entre os coordenadores e presidência foi determinado que a região um, denominada como R1, seria composta pelas NREs de Paranaguá, Curitiba, Área Metropolitana Sul, Área Metropolitana Norte, Wenceslau Braz, Jacarezinho, Cornélio Procópio, Ibaiti, Telêmaco Borba, Ponta Grossa, Londrina, Apucarana, Irati e Ivaiporã.

A região dois (R2), contempla a área das NREs de Loanda, Paranaíba, Maringá, Cianorte, Umuarama, Goioerê, Campo Mourão, Pitanga, Ivaiporã e Assis Chateaubriand.

Por fim, a região três (R3), abrange as NREs de União da Vitória, Guarapuava, Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Laranjeiras do Sul, Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo.

3.MATERIAL E MÉTODOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa classifica-se como descritiva exploratória. Segundo Gil (2010) a pesquisa descritiva tem por finalidade primordial registrar e analisar dados de um grupo ou indivíduo, a partir de um sistema padrão de coleta de dados.

3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

A pesquisa envolveu os(as) oficiais atuantes de arbitragem de voleibol do Paraná, árbitros(as) internacionais e apontadores nacionais especiais. Os participantes deste estudo foram divididos em dois grupos: Grupo 1. árbitros (as) internacionais e apontador(a) nacional/especial, Grupo 2. demais árbitros(as) e apontadores inclusos no quadro da FPV (categorias regional, aspirante à nacional e nacional).

Para o Grupo 1, os critérios de inclusão foram ser oficial atuante e aceitar a realizar a entrevista. Para o Grupo 2, os critérios de inclusão foram: ser oficial de arbitragem de voleibol no Paraná em atividade e ter preenchido o questionário *online* de forma completa. O critério de exclusão de ambos os grupos foi a ausência de dados atuais para envio do convite da pesquisa. Os dados do quadro de arbitragem de voleibol do Paraná foram organizados em uma planilha eletrônica, contendo informações do nome, cidade onde reside, região e categoria de todos(as) os(as) árbitros(as) e apontadores filiados à FPV. Para a organização desta lista, o pesquisador solicitou os referidos dados aos coordenadores e posteriormente, solicitou aos mesmos que identificassem quais árbitros(as) e apontadores pertenciam à sua região e quais estavam em atividade. Foi considerado atuante todo o oficial de arbitragem que atuou no ano de 2019 ou 2020 em pelo menos uma competição. Dentre os 236 oficiais de arbitragem elegíveis do Grupo 2, 131 aceitaram participar da presente pesquisa, porém 18 foram excluídos por não estarem em atividade. Portanto, a amostra totalizou 116 participantes, sendo dois(duas) árbitros(as) internacionais e um(a) apontador(a) nacional/especial (Grupo 1) e 113 oficiais de arbitragem das demais categorias de atuação da FPV (regional, aspirante à nacional e nacional) do Grupo 2.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Realizamos a coleta de dados em duas etapas. A primeira foi relativa à aplicação de um questionário *online* para árbitros(as) e apontadores pertencentes ao quadro de árbitros da FPV, exceto árbitros(as) internacionais e apontadores nacionais/especiais. O questionário foi organizado em 19 questões fechadas e uma questão aberta (Apêndice 1), envolvendo informações sociodemográficas, formação, categoria de atuação, local de atuação como oficial de arbitragem, e pretensões na carreira de oficial de arbitragem. A segunda etapa foi relativa à realização de uma entrevista para os(as) árbitros(as) internacionais e apontador(a) nacional/especial. O roteiro da entrevista semiestruturada para estas categorias envolveu 13 questões referentes à trajetória formativa e carreira na arbitragem (Apêndice 2), e foi elaborado pelo próprio autor visando responder os objetivos do estudo.

3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta dos dados foi realizada pelo pesquisador principal, de forma individual e virtual, por meio da aplicação de questionário *online* e realização de entrevista por meio de chamada de vídeo.

A pedido do pesquisador principal, os coordenadores de arbitragem de voleibol das três regiões do Estado forneceram o contato dos(as) árbitros(as) e apontadores das suas respectivas regiões, que possibilitou o convite para a participação na presente pesquisa. A divulgação da pesquisa e convite para participação foi realizada de forma individual pelo aplicativo WhatsApp (Apêndice 3). Aos que aceitaram participar da pesquisa foi disponibilizado o *link* do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (Apêndice 3) e do questionário *online*, que foi aplicado exclusivamente com o Grupo 2. O prazo para o preenchimento e envio do questionário via formulário *online* foi de duas semanas, a partir da data do convite. A coleta de dados com o Grupo 2 ocorreu em 19 de outubro de 2020.

As entrevistas com o Grupo 1 foram realizadas e gravadas por meio de aplicativos de vídeo-chamada, conforme a disponibilidade de horário e familiaridade dos entrevistados quanto às ferramentas *online*. A gravação das entrevistas foi realizada pelo gravador digital do celular *Iphone XR* e pelo aplicativo de computador do *QuickTime Player* e posteriormente, foi transcrita na íntegra no programa *Pages*. A transcrição foi enviada, por meio de correio eletrônico, aos participantes para

conferência e aprovação. As entrevistas ocorreram em três dias: 06, 07 e 14 de outubro de 2020.

Estes procedimentos da coleta de dados foram definidos com vistas às orientações de distanciamento, recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como prevenção e redução da disseminação da COVID-19.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Os dados do questionário *online* foram exportados em tabelas (formato Excel). Os resultados quantitativos foram analisados por média, frequências absoluta e relativa. Os dados qualitativos foram organizadas em um quadro visando identificar as principais informações e elaborar categorias de análise, por meio da análise de conteúdo.

4.RESULTADOS

Os resultados foram organizados em três momentos. O primeiro refere-se às características sociodemográficas, de formação e de atuação dos(as) oficiais de arbitragem de voleibol do Paraná (Grupo 2). O segundo descreve as perspectivas sobre o processo formativo dos(as) oficiais de arbitragem de voleibol (Grupo 2). O terceiro momento destaca os resultados das entrevistas com os(as) oficiais de arbitragem do ápice das categorias de atuação, que são os(as) árbitros(as) internacionais e apontador(a) nacional/especial (Grupo 1).

4.1 CARACTERÍSTICAS DOS(AS) OFICIAIS DE ARBITRAGEM DE VOLEIBOL DO PARANÁ

A tabela 1 apresenta o perfil dos(as) oficiais de arbitragem de voleibol, caracterizado em sua maioria por homens (70,8%), adultos jovens (62,8%), alta escolaridade (88,5%) e que possui outra fonte de renda (94,7%). A Educação (38,9%) e a Saúde (32,4%) foram as áreas de formação mais frequentes.

TABELA 1. CARACTERÍSTICA SOCIODEMOGRÁFICAS E DE FORMAÇÃO DOS(AS) OFICIAIS DE ARBITRAGEM DE VOLEIBOL DO PARANÁ 2020

Variáveis	n	%
Idade		
18 a 22 anos	11	9,7
23 a 27 anos	34	30,1
28 a 32 anos	26	23,0
33 a 37 anos	16	14,2
38 a 42 anos	08	7,1
43 a 47 anos	08	7,1
48 a 52 anos	08	7,1
53 a 57 anos	02	1,8
Sexo		
Feminino	33	29,2

Masculino	80	70,8
Escolaridade		
Médio completo	13	11,5
Ensino superior	43	38,1
Especialização	54	47,8
Mestrado	03	2,7
Formação acadêmica		
Sociais aplicadas	04	3,6
Educação	44	38,9
Exatas	15	13,5
Saúde	36	32,4
Outros	05	4,5
Tem outra fonte de renda, além da atuação como oficial de arbitragem?		
Sim	107	94,7
Não	06	5,3

Em relação às características profissionais foi verificado que a maioria dos(as) oficiais de arbitragem atua como árbitro(a) (58,4%), foram formados no próprio estado (98,2%) e realizaram o curso de formação de oficial de arbitragem entre 18 e 22 anos (48,7%) (Tabela 2). Ainda, foi observado que 48,7% pertencem a categoria Regional FPV e que 44,2 % atuam menos de quatro anos. A principal motivação pelo ingresso na carreira de oficial de arbitragem constatada foi a familiaridade com o esporte (69,9%) e a principal motivação de continuidade da carreira é o vínculo com o esporte (46,9%). A maioria dos participantes indicaram a pretensão de seguir carreira Internacional/Especial (51,3 %) (Tabela 2).

TABELA 2. CARACTERÍSTICA DE ATUAÇÃO NA ARBITRAGEM DOS(AS) OFICIAIS DE ARBITRAGEM DE VOLEIBOL DO PARANÁ 2020

Variáveis	n	%
Função desempenhada		
Árbitro(a)	66	58,4
Apontador(a)	20	17,7
Ambos	27	23,9
Local de realização do curso de formação		
Paraná	111	98,2
Santa Catarina	02	1,8
Idade de realização do curso de arbitragem:		
Entre 18 e 22 anos	55	48,7
Entre 23 e 27 anos	30	26,5
Entre 28 e 32 anos	15	13,3
Entre 33 e 37 anos	08	7,1
Entre 38 e 42 anos	04	3,5
Acima de 43 anos	01	0,9
Principal motivação para realizar o curso de arbitragem:		
Financeira	08	7,1
Curiosidade / aperfeiçoamento pessoal	19	16,8
Familiaridade com o esporte	79	69,9
Cumprimento de horas complementares	03	2,7
Amor	02	1,8
Seguir carreira	02	1,8
Região de atuação		
R1	52	46,0
R2	21	18,6

R3	40	35,4
Categoria de atuação		
Regional FPV	55	48,7
Regional CBV	37	32,7
Aspirante à Nacional	11	9,7
Nacional	10	8,8
Anos de atuação		
0 a 4 anos	50	44,2
5 a 9 anos	37	32,7
10 a 14 anos	11	9,7
15 a 19 anos	03	2,7
20 a 24 anos	05	4,4
25 a 29 anos	03	2,7
Mais de 29 anos	04	3,5
Principal motivação de continuidade na atuação		
Financeira	14	12,4
Trabalhar em jogos mais importantes	13	11,5
Ascensão à categoria de atuação	29	25,7
Vínculo com o esporte	53	46,9
Amor	02	1,8
Ganhar conhecimento	01	0,9
Satisfação pessoal	01	0,9
Pretensão de seguir carreira internacional/especial		
Sim	58	51,3
Não	55	48,7

Na Tabela 3 é apresentada a percepção de preparação dos(as) oficiais de arbitragem de voleibol que pretendem chegar à última categoria de atuação em suas

respectivas funções, Árbitro(a) Internacional ou Apontador(a) Nacional/Especial. Apenas quatorze (24,1%) dos(as) oficiais consideram a própria preparação técnica muito boa. Em relação à preparação física, a maioria dos(as) oficiais de arbitragem (67,1%) praticam três ou mais vezes alguma atividade física por no mínimo 30 minutos, conforme recomendações da prática de atividade física para a saúde da OMS. No que se refere ao estudo da língua inglesa, 55,2% dos(as) oficiais que pretendem seguir carreira, não estudam inglês nem um dia por semana e 65,5% afirmaram ter mais de quatro períodos livres para o ofício de arbitragem. Foi observado ainda que 74,1% afirmou não realizar nenhum tipo de preparação psicológica. A característica ou habilidade que possui para atuar como oficial de arbitragem mais citada pelos participantes foram a boa comunicação com todos os envolvidos do jogo (82,3%), o controle emocional (78,8%), a pontualidade (83,2%) e a confiança e segurança para a tomada de decisão (76,1%). Em contrapartida, o conhecimento das regras (54,0%) e a velocidade da tomada de decisões (40,7%) foram as mais indicadas dentre as habilidades que precisam desenvolver.

TABELA 3. PERCEPÇÃO DA PREPARAÇÃO DOS(AS) OFICIAIS DE ARBITRAGEM DE VOLEIBOL DO PARANÁ, QUE TEM PRETENSÃO DE SEGUIR CARREIRA INTERNACIONAL OU NACIONAL/ESPECIAL

Variáveis	n	%
Preparação técnica		
Muito boa	14	24,1
Boa	25	43,1
Regular	19	32,8
Preparação física		
Nenhuma	04	6,8
1 vez/semana, por no mínimo, 30 min	05	8,6
2 vez/semana, por no mínimo, 30 min	10	17,2
3 vez/semana, por no mínimo, 30 min	12	20,7
4 vez/semana, por no mínimo, 30 min	10	17,2
5 vez/semana, por no mínimo, 30 min	10	17,2
6 vez/semana, por no mínimo, 30 min	02	3,4

Todos os dias da semana, por no mínimo 30 min	05	8,6
Dedicação semanal para estudo de língua inglesa		
Nenhuma	32	55,2
1 vez por semana	11	19,0
2 vezes por semana	13	22,4
3 vezes por semana	01	1,7
4 vezes por semana	01	1,7
Preparação psicológica		
Sim	15	25,9
Não	43	74,1
Habilidades que possuem para a atuação como oficial de arbitragem*		
Boa comunicação com todos os envolvidos no jogo	93	82,3
Controle emocional	89	78,8
Preparação física	52	46,0
Conhecimento pleno das regras	73	64,6
Pontualidade	94	83,2
Velocidade de tomada de decisão	77	68,1
Memória Visual	64	56,6
Confiança e segurança para a tomada de decisão	86	76,1
Outros	02	1,8
Habilidades que precisa desenvolver*		
Boa comunicação com todos os envolvidos no jogo	31	27,4
Controle emocional	43	38,1
Preparação física	32	28,3
Conhecimento pleno das regras	61	54,0
Pontualidade	21	18,6
Velocidade de tomada de decisão	46	40,7
Memória Visual	43	38,1
Confiança e segurança para a tomada de decisão	44	38,9
Outros	04	3,6

Disponibilidade semanal

De 1 a 4 período	20	34,5
De 4 a 8 períodos	20	34,5
Mais de 8 períodos	18	31,0

*Os participantes poderiam marcar mais de uma opção de resposta.

4.2 PERSPECTIVA DO PROCESSO FORMATIVO PELOS(AS) OFICIAIS DE ARBITRAGEM

Em questionário *online* aplicado, os(as) oficiais de arbitragem discorreram sobre as possíveis contribuições da FPV para seu processo formativo. A partir das respostas obtidas, foram criadas as seguintes categorias: 1) formação continuada; 2) avaliação processual e contínua; 3) aproximação e mentoria; 4) imparcialidade; 5) oportunidade de atuação; 6) valorização e remuneração; 7) curso de formação; 8) regionalização de atualização; e 9) melhor comunicação entre árbitros(as) e federação.

A *formação continuada* foi a categoria que mais teve destaque, sendo composta por 45 respostas. Os(As) oficiais de arbitragem sugeriram reuniões virtuais, mais cursos de aperfeiçoamento e atualização (“reciclagem”), debates regionalizados e parcerias com escolas de idiomas.

"Investir mais na preparação e reciclagens anuais[...]"(P4)

“Realização de reuniões virtuais para debater regras”. (P9)

"Ter mais disponibilidade para discussão de regras durante o ano."
(P18)

"Oferta de encontros, cursos ou palestras de formação continuada."
(P40)

"[...] investir em capacitação profissional, com parcerias como exemplo: uma vez que a língua inglesa é necessária fechar parcerias com escolas de idiomas para capacitação dos quadro de arbitragem." (P43)

A categoria de *avaliação processual e contínua* foi indicada por 16 participantes da pesquisa. Foram incluídas nesta categoria respostas que mencionavam acompanhamento com avaliação e *feedback* para os(as) oficiais de arbitragem.

"Buscar avaliar e conhecer mais os árbitros do interior[...]" (P20)

"Creio que além da reciclagem que é feita, poderia ter, durante outros períodos do ano, alguma forma de reunião para esclarecimento, aperfeiçoamento e *feedback* com mais frequência[...]" (P26)

"Aplicar avaliações teóricas e práticas das regras para todo o quadro de oficiais pelo menos uma vez ao ano." (P55)

"Acredito que a FPV poderia desenvolver uma forma de avaliar os árbitros de forma mais organizada, sem muita subjetividade, para que os árbitro com boas atuações sejam vistos." (P79)

Outra categoria em destaque foi a *aproximação e mentoria* (n=14). Nesta categoria foram consideradas as respostas que tinham menções ao relacionamento entre os(as) oficiais e/ou à troca de experiência entre oficiais mais e menos experientes.

"Maior interação com o quadro de árbitros [...]" (P8)

"Integrar melhor os novos árbitros com os mais experientes[...]" (P33)

"Preparar as pessoas que estão em condições para ascender na carreira." (P91)

"Que os coordenadores de arbitragem consigam acompanhar presencialmente nas competições os mais novos." (P95)

Imparcialidade foi outra categoria destacada pelos participantes. Ao todo foram onze menções, seguido de *oportunidade de atuação*, com nove.

"[...]maior atenção para com escalação de arbitragem, menos coleguismo e mais profissionalismo[...] (P7)

"[...]oportunidades para todos os árbitros atuarem sem as painelas."
(P8)

"[...] mais oportunidades para novos árbitros se destacarem." (P33)

"Poderia mesclar mais as atuações dos árbitros em jogos importantes, para que em momentos decisivos todos possam ter a mesma oportunidade." (P81)

"[...] dar oportunidade igual a todos os árbitros de forma que ninguém passe um ano sem apitar um jogo se quer." (P88)

Respostas que defendiam uma melhor remuneração dos(as) oficiais ou maior valorização foram incluídas na categoria *valorização e remuneração*. Já respostas que se referiam especificamente ao curso de formação de oficial de arbitragem de voleibol, foram integradas a categoria *curso de formação*.

"Melhorar a remuneração do árbitro para estimular o interesse e continuidade na carreira." (P27)

"Melhorar o curso de formação. Tendo também a prática." (P51)

"[...]O curso para a formação de árbitros poderia ter algumas práticas antes da realização da prova. [...]" (P61)

Seis participantes sugeriram a regionalização do curso de atualização anual promovido pela FPV. Outros dois mencionaram a melhora da comunicação entre os (as) árbitros(as) e a FPV.

4.3 PROCESSO FORMATIVO DOS(AS) ÁRBITROS(AS) INTERNACIONAIS E APONTADORES NACIONAIS ESPECIAIS

Os(As) oficiais de arbitragem entrevistados relataram os motivos para a realização do curso de arbitragem. O principal motivo para cada participante envolveu o cumprimento das horas complementares para o curso superior que estava realizando, para ajudar os amigos que apitavam alguns jogos regionais e pela questão financeira.

"Ai eu pensei assim: faço não faço, á vou fazer como atividade, é, curricular." (E1)

"Eu fui convidado por alguns colegas que já eram árbitros, para ajudá-los em uma competição. Sem qualquer expectativa, sem qualquer ambição previamente estabelecida, com o objetivo de ser árbitro. E essa primeira abordagem, esse primeiro contato com a arbitragem gerou uma motivação para dar continuidade. A motivação estava relacionado ao ambiente, um ambiente agradável, um ambiente de coleguismo, de cooperação, porque a arbitragem tem muito a ver com o aspecto de cooperação" (E2)

Os entrevistados relataram que um dos motivos para a continuidade como oficial de arbitragem foi o meio social, o ambiente agradável, o coleguismo. Um dos participantes também relatou o amor pelo ofício.

"A motivação estava relacionado ao ambiente, um ambiente agradável, um ambiente de coleguismo, de cooperação, porque a arbitragem tem muito a ver com o aspecto de cooperação." (E2)

"Diante disso, comecei a ter amor por aquilo ali, né, e pensei: meu Deus eu posso seguir uma carreira dentro do voleibol, dentro da arbitragem."(E3)

Quando os entrevistados foram questionados sobre quais habilidades são necessárias para pertencer a categoria de atuação mais elevada em suas respectivas funções (árbitro e apontador), todos mencionaram o domínio dos fatores técnicos como o conhecimento de protocolos, da língua inglesa e das regras do jogo. Além disso, também foi apontado o domínio social, dentro e fora de quadra, e o bom vínculo com entidades, sendo ela regional ou nacional. A comunicação e a concentração também foram destacadas como indispensáveis para ser um oficial de arbitragem e alcançar a categoria de atuação mais alta.

"Dentro da quadra você tem que ser sempre você, sempre ético, tentar tomar as melhores decisões para aquele jogo, talvez a melhor decisão para aquele jogo não seja a melhor decisão pro próximo." (E1)

"[...]o conjunto, é você ter o correto entendimento da colocação do árbitro dentro da Federação Internacional e dentro dos eventos dos quais ele participa." (E1)

"Então a língua inglesa hoje é primordial e fundamental na formação do árbitro internacional." (E2)

"[...]muito estudo, muita disciplina, muita concentração[...]" (E3)

Em relação às características pessoais de um oficial de arbitragem necessários para ser um(a) árbitro(a) internacional ou um(a) apontador(a) nacional/especial foram observadas diferenças na visão dos entrevistados. Além de características como controle emocional, comunicação e respeito, a boa forma física mostrou-se uma característica muito importante, enquanto fatores comportamentais adequados para o ofício, cuidados com a higiene e vestimenta adequada foram também mencionados.

" Eu acho que isso é uma característica pessoal ali, que, que deve estar presente em todos os árbitros independente da modalidade, ser uma pessoa calma e ponderada." (E1)

"Então, nós estamos sendo exigidos de manter uma condição física, inclusive com controle de peso, pra poder fazer parte de um contexto em que se fala sobre saúde, sobre bem-estar e você precisa estar alinhado com esses valores dentro da quadra. " (E2)

"Lá existe um delegado e nós temos que nos apresentar a este delegado e nós precisamos fazer isso da forma mais formal e comportada possível, né. Então assim, é, uma vestimenta adequada para esta apresentação." (E3)

Os entrevistados também discorreram sobre os investimentos realizados durante a carreira de oficial de arbitragem. Investimentos em cursos de língua inglesa, materiais de arbitragem, tempo investido na carreira, todo o custo para o curso de formação para árbitro(a) internacional (hospedagem, passagens aéreas e alimentação), e viagem para campeonatos de nível internacional para observação de como acontecem os protocolos.

"O primeiro investimento que eu fiz foi o inglês" (E1)

"A carreira de árbitro internacional exige investimento de tempo muito significativo, em que você, se, fica afastado da família, do convívio dos amigos locais..." (E2)

"Então o que que precisava para isso? falar inglês. Então esse foi um dos meus investimentos que eu fiz. Então, teve da minha parte investimentos desde ir a uma competição internacional, aqui no Brasil mesmo, ou de uma competição Nacional de um nível mais elevado, como uma final de Superliga, para conhecer mesmo como funcionava tudo isso" (E3)

A contribuição da federação local na formação dos(as) oficiais entrevistados também foi investigada. Todos(as) os(as) oficiais relataram que a contribuição da FPV ocorreu de duas formas: oportunidade de atuação e mediação política para ascensão de categoria de atuação.

"E nesse meio tempo quando o Neuri (ex-presidente FPV) soube dessa celeuma que estava, ele entrevistou dentro da CBV" (E1)

"Então, o Neuri (ex-presidente FPV) sempre foi o baluarte, um defensor da minha carreira, não só dentro da federação mas também dentro da confederação e posteriormente fazendo o papel administrativo junto a federação internacional com o objetivo de indicar meu nome para às etapas de crescimento da carreira." (E2)"

Então eu sempre tive o apoio da federação para elevar meu nível diante do tempo que a CBV também impõe às federações" (E3)

Por fim, os entrevistados discorreram sobre as ações tomadas pela federação que contribui no processo formativo dos(as) oficiais de arbitragem de voleibol no Paraná, além de destacar sugestões do que poderia ser realizado pela entidade local para melhorar o processo formativo. Os entrevistados sugeriram criar um programa de acompanhamento e de formação para os oficiais, citaram também a possibilidade de convênio com escolas de língua inglesa e mais investimento no curso de formação.

"A federação ela tem que, talvez, não é criar, mas instituir um programa de aperfeiçoamento contínuo na arbitragem e ter isso como regra." (E1)

"O que se perde muito nesse meio de caminho são as questões de políticas, muitas vezes você não desenvolve o árbitro porque você precisa favorecer pessoas que te ajudam em alguns momentos que você precisou. E isso, eu acho que é um preço muito caro que a federação acaba pagando, porque ela perde de formar bons árbitros, ela deixa de ter bons profissionais engajados na própria filosofia da federação."(E1)

"Isso seria um grande avanço que a federação poderia adotar, de criar um programa de acompanhamento e formação do árbitro com avaliações frequentes, com retorno de desempenho, com trabalhos de mentoria, com trabalhos de *coach*, que hoje a federação internacional tem incentivado, pelo menos, principalmente no âmbito internacional [...]" (E2)

"Uma coisa que eu também acho que a federação poderia investir mais no curso de arbitragem." (E3)

5. DISCUSSÃO

O quadro de arbitragem paranaense de voleibol caracterizou-se, em sua maioria, por homens, pessoas jovens, alta escolaridade e que têm outra fonte de renda, além das atividades como oficial de arbitragem. No estudo de Nascimento e Nunes (2014), realizado com a arbitragem de futsal, foi identificado que o sexo masculino é o mais frequente. No futebol, a hegemonia masculina no curso de arbitragem chega a mais de 80% e os jovens adultos são maioria no quadro de arbitragem no futebol, resultado semelhante ao encontrado no grupo de oficiais de arbitragem paranaense de voleibol da presente pesquisa (COSTA et al., 2017). Foi verificado que quase a totalidade dos(as) oficiais (94,7%) não possuem como renda única o ofício de arbitrar, e isso pode ser explicado pela falta de regulamentação para a atividade, como citam Guitierrez e Voser (2012) no contexto do futebol. Araújo e colaboradores (2020), também têm como objeto de estudo o futebol e afirmam que a arbitragem não é o principal trabalho para aqueles que exercem a função de arbitragem. Costa e colaboradores (2017), acrescentam que no Brasil há necessidade do(a) árbitro(a) ter uma profissão paralela ao exercício da arbitragem, corroborando os resultados apresentados na presente pesquisa.

A maioria dos(as) oficiais de arbitragem do Estado do Paraná pertencem a categoria Regional FPV. Sabe-se que cada Estado possui regulamentos próprios, inclusive diferentes categorias de atuação. Em relação à essas categorias de atuação, pode-se verificar que a categoria de atuação Iniciante, no Estado de Santa Catarina, se assemelha a categoria Regional FPV. Diferente dos resultados desta pesquisa, em que os(as) oficiais de arbitragem categoria Regional FPV compõem quase metade do quadro da FPV, o quadro de oficiais do Estado de Santa Catarina possui um total de 14 oficiais da categoria de atuação Iniciante, o que representa 16,47% da totalidade do quadro (FERNANDES, 2011).

No quadro de oficiais da FPV, o número de árbitros é superior ao número de apontadores. Segundo Fernandes (2011) o quadro de oficiais de arbitragem de voleibol catarinense é composto por 22 (25,9%) apontadores, semelhante aos resultados apresentado nesta pesquisa, apostando que a maior parte dos(as) oficiais de voleibol optam por exercer a função de árbitro. As áreas de formação em ensino superior mais frequentes nesta pesquisa foi a educação e a saúde, assemelhando a

outros estudos sobre o voleibol em Santa Catarina e no âmbito do futebol carioca, que apresentam a saúde como principal área de formação em ensino superior de seus oficiais (COSTA *et al*, 2017; FERNANDES, 2011).

Nesta pesquisa a preparação dos(as) oficiais de arbitragem também foi abordada. Silva (2005) afirma que o processo de formação do(a) árbitro(a) não se limita ao curso de formação e que esta preparação deve ocorrer de forma contínua. A preparação técnica possui três domínios: técnicas de arbitragem, regras e regulamentos (LIMA, 2005). Os resultados da presente investigação ainda acrescentam o domínio dos protocolos e da língua inglesa. Nesse sentido, ressalta-se o baixo percentual de oficiais de arbitragem, que pretendem seguir carreira internacional ou nacional especial, que consideraram sua preparação técnica muito boa ou estudam a língua inglesa com frequência.

Dentro desse processo contínuo de preparação para atuação na arbitragem, Lima (2005) evidencia que a preparação física pode variar de acordo com as exigências físicas da modalidade. Verifica-se que a maioria dos participantes dessa pesquisa praticam atividade física com regularidade, corroborando o encontrado na literatura.

Lima (2005) apresenta como requisito de arbitragem de voleibol mais importante que a condição física, a condição psicológica. Para Serpa (2005) é indispensável que o(a) árbitro(a) tenha uma condição psicológica regular durante a competição, controle das emoções, concentração e aspectos comportamentais em equilíbrio. Para o sucesso da atividade de arbitragem, as aptidões da mente são indispensáveis (ARAÚJO *et al*, 2020), o que causa estranheza quando observamos o atual quadro de oficiais de arbitragem de voleibol do Paraná, uma vez que mais de 70% dos(as) oficiais não fazem nenhum tipo de preparação psicológica para atuação na arbitragem.

Algumas das habilidades mais citadas adquiridas ou a serem desenvolvidas pelos(as) oficiais de arbitragem foram a boa comunicação, a pontualidade e o conhecimento pleno das regras. As características e habilidades necessárias para atuação na arbitragem são citadas por alguns autores (LIMA, 2005; WEINBERG E RICHARDSON, 2005; ZINGANO, 2010; COSTA *et al*, 2014), dentre elas estão a confiança, o controle emocional, a comunicação, os aspectos físicos, a pontualidade e o conhecimento das regras. Essas características foram indicadas pelos

participantes desta pesquisa como habilidade a se desenvolver ou como habilidade já adquirida.

Os(As) oficiais de arbitragem de voleibol paranaense sugeriram mais cursos de aperfeiçoamento, melhora no curso de formação, avaliação frequente dos(as) oficiais de arbitragem, mentoria para quem está no início da carreira ou em condições a ascender à categoria de atuação, entre outros pontos mencionados. Segundo o regulamento da CBV (2018) é dever da COBRAV promover curso de aperfeiçoamento, cursos de promoções de categoria de atuação com avaliação aos oficiais de arbitragem, e, analisar e aprovar o trabalho dos(as) oficiais em diversas competições. A FPV é responsável por promover e coordenar o curso de formação de arbitragem, devidamente autorizado pela COBRAV, promover a qualificação constante do quadro de arbitragem, indicar os(as) oficiais de arbitragem ao curso de promoção de categoria de atuação. Com isso percebemos que as sugestões do quadro de arbitragem englobam tanto responsabilidades da CBV, através da COBRAV, como responsabilidade da FPV, através das Coordenações da Escola de Arbitragem e coordenadores das regionais.

Cada entrevistado apresentou uma motivação diferente para ingresso na arbitragem. Weinberg e Richardson (2005) afirmam que é difícil manter a motivação para continuidade na carreira na arbitragem e que é preciso traçar metas para manter o alto nível de motivação. Quando analisadas as falas dos entrevistados identificou-se que durante as suas carreiras todos mostraram ter objetivos claros em relação a arbitragem e paixão pelo ofício da arbitragem, corroborando o mencionado anteriormente por Weinberg e Richardson.

Souza (2016) apresenta os quatro pilares da arbitragem: técnico, mental, físico e social. O Pilar Técnico é o conjunto de conhecimento de regras, protocolos, análise de jogos e estudo de regulamentos, o que está em consonância com o que os participantes relataram quando questionados sobre as habilidades necessárias para atuação e estudo da língua inglesa. O Pilar Mental se refere às competências e habilidades que envolvem o poder de decisão, controle de emoções, foco e concentração, elementos que também foram mencionados pelos entrevistados e no questionário quando perguntado sobre a preparação psicológica para atuação. Para os entrevistados, a boa forma física é cobrada pelas instituições, os participantes do Grupo 2, em sua maioria, é fisicamente ativo, o que vai ao encontro de mais um pilar

mencionado por Souza (2016), o Pilar Físico. Souza (2016, p.124) ainda menciona o Pilar Social como a "integração de todos os aspectos da preparação, levando em conta as necessidades regionais e emergenciais da atuação da arbitragem". Considerando este pilar, aspectos como o meio social, o ambiente agradável e o coleguismo foram apontados pelos entrevistados, assim como evidenciaram a importância do bom relacionamento com as instituições para o bom andamento de suas carreiras. Em resposta ao questionário *online* aplicado aos oficiais de arbitragem do Grupo 2 também mencionaram a importância da proximidade dos(as) árbitros(as) mais experientes com os menos experientes. Weinberg e Richardson (2005) afirmam que é importante para os(as) árbitros(as) saber se comunicar com as entidades regulamentadas, atletas, equipe técnica, membros da arbitragem e público.

Outras características citadas pelos(as) oficiais de arbitragem entrevistados como fatores importante para atuação, foram fatores comportamentais, vestimenta adequada e higiene. Segundo Lima (2005), o cuidado com a aparência física e apresentação do(a) árbitro(a), boa forma física e semblante agradável transmitem uma imagem de seriedade que facilita a boa comunicação e condução da partida.

As potencialidades da presente pesquisa envolvem o mapeamento de todas as regionais da arbitragem do Paraná; a possibilidade de analisar a percepção dos(as) oficiais sobre o seu processo formativo, bem como destes contribuírem com sugestões e/ou críticas sobre o processo formativo. Outra potencialidade desse estudo, caracteriza-se pela originalidade e importância de investigar o processo de formação do quadro de arbitragem paranaense e também oficiais que compõe a arbitragem brasileira, cujas categorias internacional e nacional/especial frequentemente atuam nas maiores e melhores competições de voleibol.

Como limitações indica-se a ausência de análise dos resultados dos(as) oficiais de arbitragem do Grupo 2 atuantes exclusivamente no vôlei de praia e vôlei de quadra, uma vez que esta informação não foi coletada. A triangulação dos resultados considerando a perspectiva da FPV em relação ao processo de formação da arbitragem no Paraná não foi possível de ser realizada, devido à incompatibilidade da agenda do responsável e cronograma de execução da etapa de coleta de dados da pesquisa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo nos permitiu conhecer o processo formativo e de atuação de árbitros e apontadores de voleibol no Paraná. O quadro de arbitragem paranense de voleibol é caracterizado, em sua maioria, por homens, adultos jovens, alta escolaridade e que possuem outra fonte de renda além da arbitragem. Também foi verificado que a atuação na arbitragem é, majoritariamente, desempenhando a função de árbitro(a); na categoria regional; com pretensão de alcançar a última categoria da carreira (internacional/especial), porém apenas 16 oficiais estudam com alguma frequência o idioma inglês, requisito para ascender à última categoria de atuação.

Em relação à preparação para atuação como oficial de arbitragem, os participantes da pesquisa perceberam a preparação técnica como boa e afirmaram ser fisicamente ativos, sinalizando boa preparação física. No entanto, poucos(as) oficiais indicaram realizar preparação psicológica.

Quanto às possíveis contribuições para o processo formativo dos(as) oficiais pela entidade responsável pela arbitragem de voleibol paranaense foram sugeridos investimentos por meio de cursos de aperfeiçoamento e atualização, avaliações frequente com *feedbacks*, promoções de debates com árbitros(as) experientes, oportunizar atuação para os(as) oficiais nas diferentes competições.

Os entrevistados atuantes na categoria internacional e nacional/especial relataram que o cumprimento de horas complementares na faculdade, o ambiente agradável da arbitragem e a necessidade financeira foram os motivos pelos quais ingressaram na arbitragem. Estes também sugeriram maior investimento no curso de formação e a criação de um programa de aperfeiçoamento e acompanhamento contínuo dos(as) oficiais de arbitragem, com avaliações, *feedbacks* e aconselhamentos.

Por fim, o bom preparo (técnico, físico e psicológico) para atuação, somado com o investimento na formação, oportunidades para aperfeiçoamento e acompanhamento, além do bom relacionamento com instituições responsáveis, seja ela estadual, no caso a FPV, ou nacional (CBV), é o *match point* (o ponto decisivo) para uma carreira de sucesso na arbitragem.

Espera-se que os resultados deste trabalho possam contribuir para o aperfeiçoamento e melhoria do processo de formação e atuação da equipe de arbitragem de voleibol no Paraná, oportunizando a formação de mais oficiais com melhores condições técnicas, físicas e psicológicas de atuação. Além disso, torna-se relevante mencionar que o investimento na arbitragem brasileira é de suma importância, tanto para formar futuros(as) oficiais que representarão o Brasil na arbitragem de campeonatos de alto nível (mundiais, liga mundial, jogos olímpicos, dentre outros), quanto pelo nível técnico dos atletas, das equipes e dos campeonatos nacionais e outros realizados no Brasil que exigem qualidade técnica da arbitragem.

Sugere-se para trabalhos futuros a investigação sobre a temática em outras regiões do país visando ampliar o conhecimento sobre a formação de árbitros(as) e apontadores(as) de voleibol, ou até mesmo de outras modalidades, para que os resultados possam oportunizar comparações e reflexões sobre o processo de formação.

REFERÊNCIAS

VELHO, Nivia M. Gestão por Competência na Construção de um Modelo de Formação para Árbitro(a)s de Futebol. 2010. 157 p. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MARCHI JR, Wanderley. Sacando o voleibol: do amadorismo a espetacularização da modalidade no Brasil (1970–2000). Campinas, 2001, 235 f. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

BORSATI, José Roberto. Volibol: aprendizagem e treinamento. Um desafio constante. Variações do volibol: volei de pra. Fut- volei. Volei quarteto. São Paulo , 1996, p.5-6

SILVA, ALBERTO INÁCIO DA. Árbitro(a) de Futebol e a Legislação Esportiva Aplicável <https://www.efdeportes.com/efd121/arbitro-de-futebol-e-legislacao-esportiva-aplicavel.htm> disponível: 12/05/2020

GUTIERREZ, PAULO JASSIN. A Carreira do Árbitro(a) de Futebol: perspectivas atuais e a profissionalização. <https://www.efdeportes.com/efd173/a-carreira-de-arbitro-de-futebol-e-profissionalizacao.htm> disponível : 12/05/2020

THE FIVB. Volleyball History. Disponível em: https://www.fivb.com/en/volleyball/thegame_glossary/history. Acesso em: 07/04/2020.

THE FIVB. History. Disponível em: <https://www.fivb.com/en/thefivb/history>. Acesso em: 07/04/2020.

THE FIVB. Volleyball. FIVB Senior World Ranking - Women. 15 mar 2021. Disponível em: <https://www.fivb.com/en/volleyball/rankings/seniorworldrankingwomen>. Acesso em: 15/03/2021.

THE FIVB. Volleyball. FIVB Senior World Ranking - Men. 15 mar 2021. Disponível em: <https://www.fivb.com/en/volleyball/rankings/seniorworldrankingmen>. Acesso em: 15/03/2021.

THE FIVB. Beach Volleyball. FIVB World Ranking - Men. 16 mar 2020. Disponível em: <https://www.fivb.com/en/beachvolleyball/rankingmen>. Acesso em: 15/03/2021.

THE FIVB. Beach Volleyball. FIVB World Ranking - Women. 16 mar 2020. Disponível em: <https://www.fivb.com/en/beachvolleyball/rankingwomen>. Acesso em: 15/03/2021.

THE FIVB. Level Of Refereeing And Technological Innovation Praised At The Refereeing And Rules Of The Game Commission. Disponível em: <https://>

www.fivb.com/en/about/news/level-of-refereeing-and-technological-innovation-praised?id=90451. Acesso em: 06/03/2021.

The FIVB. Regras Oficiais de Voleibol 2017-2020 Disponível em: <https://cbv.com.br/pdf/regulamento/quadra/REGRAS-DE-QUADRA-2017-2020.pdf>. Acesso em 03/04/2021.

DIAGNÓSTICO NACIONAL DO ESPORTE. A prática de esporte no Brasil. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/diesporte/2.html>. Acesso em: 20/03/2020.

ZINGANO, G. de M. Um estudo sobre a formação dos árbitros de basquete: o caso do Rio Grande do Sul. 76f. Monografia de graduação (Educação Física) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ARAÚJO, R. C. G. *et al.* Formação e Educação: uma reflexão sobre o trabalho do árbitro de futebol. **Itinerarius Reflectionis**, v. 16, n. 2, p. 01-09, 17 mar. 2020.

LIMA, T. O árbitro e a formação desportiva. In: GAMA, A. *et al.* **Manual do Árbitro**. Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal, 2005. p. 13-46.

GAMA, A. O árbitro e o contexto de arbitragem. In: GAMA, A. *et al.* **Manual do Árbitro**. Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal, 2005. p. 59-66.

WEINBERG & RICHARDSON. Motivação. In: GAMA, A. *et al.* **Manual do Árbitro**. Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal, 2005. p. 71-79.

WEINBERG & RICHARDSON. Comunicação. In: GAMA, A. *et al.* **Manual do Árbitro**. Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal, 2005. p. 83-95.

SERPA, S. Preparação Psicológica. In: GAMA, A. *et al.* **Manual do Árbitro**. Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal, 2005. p. 195-216.

COSTA, R. Q. B. *et al.* Perfil sociodemográfico de árbitros de futebol recém-formados no Rio de Janeiro. *Revista de Educação Física*. v. 86, n. 4, p. 284-290, 17 dec. 2017.

FERNANDES, L. B. O árbitro de voleibol em Santa Catarina: formação e competências. 63f. Monografia de graduação (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SOUSA, M. A. M. de. Um olhar para os árbitros de futebol. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 121-132, jan./jul. 2016.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. Livro de casos .Disponível em: <http://2016.cbv.com.br/pdf/regulamento/LIVRO%20DE%20CASOS%202011-12.pdf>. Acesso em: 22/03/2020.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. **Regulamento da COBRAV**. Disponível em: <https://cbv.com.br/pdf/regulamento/quadra/guia-de-arbitragem-2018.pdf>. Acesso em: 01/03/2021.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. História. Disponível em: <https://institucional.cbv.com.br/historia>. Acesso em: 15/03/2021

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. Curso de Arbitragem. Disponível em: <https://cbv.com.br/ucv/cursos/arbitragem>. Acesso em: 06/03/2021.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. Cobrav divulga lista de oficiais promovidos a Apontador Especial. Rio de Janeiro, 5 jun. 2020. Disponível em: <https://cbv.com.br/noticia/27501/cobrav-divulga-lista-de-oficiais-promovidos-a-apontador-especial>. Acesso em: 06/03/2021

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. Quatro árbitros irão representar o Brasil nos Jogos Olímpicos de Tóquio. 10 fev 2020. Disponível em: <https://cbv.com.br/noticia/27295/quatro-arbitros-irao-representar-o-brasil-nos-jogos-olimpicos-de-toquio>. Acesso em: 15/03/2021.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL. **Regulamento de ARBITRAGEM**. Disponível em: <https://voleiparana.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Regulamento-Arbitragem-2017-2020.pdf>. Acesso em: 01/03/2021.

FERNANDES, T. MARQUES, J. Bolsonaro extingue Cultura e Esportes e deixa ministérios de Mulheres e Direitos Humanos para depois. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 nov. 2018.

INTERNATIONAL HANDBALL FEDERATION. Rules of the game. Disponível em: https://www.ihf.info/sites/default/files/2019-07/New-Rules%20of%20the%20Game_GB.pdf. Acesso em: 06/03/2021

CARDOSO M. O olho da verdade. **Correio Braziliense**. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/tecnologia-esporte-2#:~:text=A%20tecnologia%20foi%20testada%20pela,utilizar%20três%20de safios%20por%20set>. Acesso em 10/03/2021

GIL, Antônio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5ed. São Paulo: Atlas, 2010

SANTOS, M. R. d. et al. Conhecendo o Minobol: contribuições do 1º Curso Nacional de Treinadores de Minobol aos profissionais de Educação Física e Esportes. Recife: Even3 Publicações, 2021

**APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO PARA OFICIAIS DE ARBITRAGEM DO
PARANÁ, EXCETO ÁRBITROS(AS) INTERNACIONAIS E APONTADORES
NACIONAIS ESPECIAIS**

1. Idade:

- entre 18 e 22 anos
- entre 23 e 27 anos
- entre 28 e 32 anos
- entre 33 e 37 anos
- entre 38 e 42 anos
- entre 43 e 47 anos
- entre 48 e 52 anos
- entre 53 e 57 anos
- entre 58 e 62 anos
- acima de 63 anos

2. Gênero

- Masculino
- Feminino
- Outros

3. Grau de escolaridade

- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Médio incompleto
- Médio completo
- Ensino Superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro

4. Área de formação em nível superior (se houver):

- Saúde
- Educação
- Direito
- Ciências Exatas
- Não possui graduação
- Outro

5. Conhecimento e nível de fluência em língua inglesa:

- Não
- Sim - Iniciante
- Sim - Intermediário
- Sim - Avançado

6. Tem outra fonte de renda além da atuação como oficial de arbitragem?

- Sim
- Não

7. Função desempenhada com mais frequência como oficial de arbitragem:

- Árbitro(a)
- Apontador(a)
- Ambos

8. Local de realização do curso de formação como oficial de arbitragem:

- Paraná
- Outros

9. Idade de realização do curso de arbitragem:

- entre 18 e 22 anos
- entre 23 e 27 anos
- entre 28 e 32 anos
- entre 33 e 37 anos
- entre 38 e 42 anos
- acima de 43 anos

10. Motivação principal para realizar o curso de arbitragem:

- Financeira
- Curiosidade/aperfeiçoamento pessoal
- Familiaridade com o esporte
- Cumprimento de horas complementares
- Outros: _____

11. Região de atuação como oficial de arbitragem no Estado:

- R1 - (mapa)
- R2 - (mapa)
- R3 - (mapa)

12. Categoria de atuação:

- Regional FPV
- Regional CBV
- Aspirante à Nacional
- Nacional

13. Anos de atuação:

- 0 a 4 anos
- 5 a 9 anos
- 10 a 14 anos
- 15 a 19 anos
- 20 a 24 anos
- 25 a 29 anos
- mais de 29 anos

14. Em quais competições você já atuou como oficial de arbitragem (é permitido marcar mais de uma opção):

- () Open de Beltrão Vôlei de Praia
- () Circuito Paranaense de Vôlei de Praia
- () Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia
- () Campeonatos Regionais de voleibol
- () Campeonatos Brasileiros
- () Taça Paraná de voleibol
- () Campeonatos Estaduais de voleibol
- () Campeonatos Brasileiros
- () Jogos Abertos do Sudoeste do Paraná- JAMSOP's
- () Jogos Abertos do Vale do Ivaí - JAVI's
- () Jogos Abertos do Norte Pioneiro - JANP's
- () Jogos Abertos Cantuquiriguaçu - JARCAN's
- () Jogos Escolares do Paraná
- () Jogos Juventude do Paraná
- () Jogos Universitários do Paraná
- () Jogos Abertos do Paraná

15. Principal motivação para continuidade de atuação como oficial de arbitragem.()
Financeira

- () Trabalhar em jogos mais importantes
- () Ascensão a categoria de atuação
- () Vínculo com o esporte
- () Outros: _____

16. Quais habilidades para a atuação como oficial de arbitragem, você CONSIDERA TER? (é permitido marcar mais de uma opção de resposta)

- () Boa comunicação com todos os envolvidos no jogo
- () Controle emocional
- () Preparação física
- () Conhecimento pleno da regra
- () Pontualidade
- () Velocidade de tomada de decisão
- () Memória Visual
- () Confiança e segurança para tomada de decisão

17. Quais habilidades para a atuação como oficial de arbitragem, você PRECISA DESENVOLVER? (é permitido marcar mais de uma opção de resposta)

- () Boa comunicação com todos os envolvidos no jogo
- () Controle emocional
- () Preparação física
- () Conhecimento pleno da regra
- () Pontualidade
- () Velocidade de tomada de decisão
- () Memória Visual

Confiança e segurança para a tomada de decisão

18. Pretensão para seguir carreira internacional/especial:

Sim

Não

Qual a sua disponibilidade semanal para atuação como oficial de arbitragem?

de 1 a 4 períodos de 4 a 8 períodos mais de 8 períodos

*Qual a frequência das atividades físicas (intensidades moderada a vigorosa) realizadas para a preparação física semanal?

Nenhuma

1 vez/semana, por no mínimo, 30 min

2 vezes/semana, por no mínimo, 30 min/dia

3 vezes/semana, por no mínimo, 30 min/dia

4 vezes/semana, por no mínimo, 30 min/dia

5 vezes/semana, por no mínimo, 30 min/dia

6 vezes/semana, por no mínimo, 30 min/dia

Todos os dias da semana, por no mínimo, 30 min/dia

*Como você avalia a sua preparação técnica para o ofício de arbitragem, como cursos de atualização, leitura de regras oficiais e materiais de suporte (livro de casos e guia de arbitragem)?

Muito boa

Boa

Regular

Ruim

Muito ruim

19. Qual a sua dedicação diária para estudo de língua inglesa?

Nunca

Raramente

Às vezes

Frequentemente

Sempre

20. Você faz algum tipo de preparação psicológica direcionado a atuação como oficial de arbitragem ?

- Sim
- Não

21. Na tua opinião, além das providências pessoais, o que o FPV faz e/ou poderia fazer para contribuir para o processo formativo, de aperfeiçoamento ou de acompanhamento dos(as) oficiais de arbitragem do estado, visando ou não a carreira internacional/especial:

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ÁRBITROS INTERNACIONAIS E APONTADOR NACIONAL ESPECIAL

1. Qual sua data de nascimento?
2. Qual seu grau de escolaridade?
3. Qual a sua área de formação (caso o/a entrevistado(a) tenha nível superior)?
4. Qual o nível de fluência em língua inglesa? (conversação, escrita, leitura, ...)
5. Possui outra fonte de renda, além da atuação como oficial de arbitragem? Qual?
6. Em que Estado realizou o curso de oficial de arbitragem?
7. Com que idade realizou o curso de oficial de arbitragem?
8. Quais foram suas principais motivações para o ingresso na carreira de oficial de arbitragem?
9. Estas motivações são as mesmas para a continuidade na carreira de oficial de arbitragem? Em caso contrário, quais são as motivações para continuidade como oficial de arbitragem?
10. Quais são as habilidades indispensáveis para se tornar um Árbitro Internacional ou Apontador Nacional Especial?
11. Que características pessoais favoreceram alcançar a categoria Internacional/ Nacional Especial?
12. Quais tipos de comprometimento (financeiro, pessoal, entre outros) foram necessários para a sua formação e carreira de Árbitro Internacional/Apontador Nacional Especial até os dias de hoje?
13. A FPV contribuiu de alguma forma para o seu processo formativo de Árbitro Internacional/Apontador Nacional Especial? Em caso afirmativo, comente.
14. Além das providências pessoais, o que a FPV efetivamente faz e/ou poderia fazer para contribuir para o processo formativo, de aperfeiçoamento e de acompanhamento de todo o quadro de oficiais de arbitragem do Estado?

APÊNDICE 3 – CARTA CONVITE PARA OS(AS) OFICIAIS DE ARBITRAGEM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA



CARTA CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE TCC

Olá, meu nome é Edson Wruca Junior, sou estudante de Educação Física da UFPR e árbitro de voleibol. Eu e minha orientadora Profa. Dra. Lucélia Justino Borges, docente da UFPR, estamos desenvolvendo esse trabalho de conclusão de curso (TCC).

É com imensa satisfação que convidamos você, oficial de arbitragem, para responder um questionário sobre o processo de formação de oficiais de arbitragem de voleibol do Paraná. Caso você, oficial de arbitragem atuante, tenha interesse e disponibilidade em participar da pesquisa e colaborar com nosso estudo, informamos que sua participação voluntária é anônima (não haverá identificação), que os dados estarão sobre sigilo e responsabilidade dos pesquisadores envolvidos e que estes dados serão utilizados somente para fins da pesquisa. Sua participação é importante e você contribuirá para a produção do conhecimento sobre o processo de formação de árbitros de voleibol, que é um tema pouco investigado no Brasil. Para participar da pesquisa, basta responder ao questionário on-line, que você levará poucos minutos para responder. O preenchimento e envio do questionário deverá ocorrer até o dia 18/10/2020. Agradecemos sua colaboração! Segue link:

<https://forms.gle/9ApYwBeNvLHSfrjbA>

CARTA CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO DE ENTREVISTA DE TCC

Olá, meu nome é Edson Wruca Junior, sou estudante de Educação Física da UFPR e árbitro de voleibol. Eu e minha orientadora Profa. Dra. Lucélia Justino Borges, docente da UFPR, estamos desenvolvendo uma pesquisa para o trabalho de conclusão de curso (TCC).

É com imensa satisfação que lhe convidamos para participar desta pesquisa, que investigará o processo de formação de oficiais de arbitragem de voleibol do Paraná. Caso você tenha interesse e disponibilidade em participar da pesquisa e colaborar com nosso estudo, informamos que sua participação ocorrerá por meio de entrevista, que será realizada de forma on-line, considerando sua disponibilidade (dia e horário será agendado). Sua participação é importante e você contribuirá para a produção do conhecimento sobre o processo de formação de árbitros de voleibol, que é um tema pouco investigado no Brasil.

APÊNDICE 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Profa. Dra. Lucélia Justino Borges e acadêmico Edson Wruca Junior estamos convidando você, oficial de arbitragem pertencente ao quadro da Federação Paranaense de Voleibol, a participar de um estudo intitulado “PROCESSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE ARBITRAGEM DE VOLEIBOL DO PARANÁ”. A pesquisa tem como objetivo analisar o processo de formativo dos(as) árbitros(as) e apontadores de voleibol atuantes no quadro de arbitragem da modalidade no estado do Paraná.

Caso você participe da pesquisa, será necessário responder um questionário *online*, composto de perguntas objetivas e subjetivas. O tempo médio estimado para responder este questionário é de aproximadamente 10 a 20 minutos.

É possível que ocorra algum tipo de desconforto, principalmente relacionado a responder perguntas de cunho profissional. Porém, o preenchimento *online*, de forma individualizada e o anonimato podem minimizar o possível desconforto gerado. Salientamos ainda a possibilidade de interromper o preenchimento do questionário a qualquer momento sem qualquer tipo de prejuízo.

Sendo assim, os benefícios diretos esperados constam: 1) caracterizar os(as) oficiais de arbitragem de voleibol do Paraná quanto às variáveis sociodemográficas e de atuação; 2) identificar os critérios do processo de formação da arbitragem de voleibol paranaense, considerando suas categorias de atuação (aspirante a regional, regional, aspirante à nacional, nacional e internacional); 3) Avaliar os objetivos e o conjunto de habilidades voltado ao processo de formação, considerando a percepção dos(as) oficiais de arbitragem; 4) Verificar o incentivo à formação de árbitros pela instituição responsável pela arbitragem da modalidade em nível estadual.

Os pesquisadores: Profa. Dra. Lucélia Justino Borges, pesquisadora responsável e orientadora e Edson Wruca Junior, acadêmico de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, poderão ser localizadas no Departamento de Educação Física, Campus Politécnico da Universidade Federal do Paraná, Av Coronel Francisco Heráclito dos Santos, nº 210, no gabinete 7 no primeiro andar, de segunda à sexta, das 8h30 às 11h30 ou das 13h30 às 16h30. Também poderão ser contatadas pelos telefones (41) 3360-4325, (41) 99737-4821 ou (41) 98426-5928, e pelos e-mails lucelia.borges@ufpr.br ou edsonwrucajunior@gmail.com.

A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento.

As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas apenas por pessoas autorizadas, como a Profa. Dra. Lucélia Justino Borges, e o acadêmico Edson Wruca Junior. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório de pesquisa (trabalho de conclusão de curso) ou publicação (resumo em congresso científico, artigo em periódicos), isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade. Ou seja, quando os resultados forem publicados, não apresentará o seu nome, e sim um código. O seu questionário será armazenado respeitando seu anonimato e será guardado por até quatro anos após finalização da pesquisa, posteriormente sendo deletado.

As despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo você não receberá qualquer valor em dinheiro.

Eu, _____ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar de forma voluntária. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

_ (Nome e Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal)

Curitiba, ___ de _____ de 2020.

Pesquisador responsável ou quem aplicou o TCLE

Curitiba, ___ de _____ de 2020.